

psis

Nº 14 | JULHO 2018

REVISTA OFICIAL DA
ORDEM DOS PSICÓLOGOS
PORTUGUESES



Margarida Gaspar de Matos - pág.12

“Temos reflectido sobre o impacto do trabalho dos psicólogos nas políticas públicas”

Isabel Trindade - pág.19

“A autonomia dos serviços permite uma utilização dos recursos da Psicologia mais racional”

Dia Nacional do Psicólogo - pág.26

“Importante reconhecimento que cria mais atenção e condições para o desenvolvimento da profissão”

MAIS E MELHORES

SERVIÇOS DE PSICOLOGIA

EM PORTUGAL

Ficha Técnica

EDITOR

Mésicles Helin Berenguel

COLABORAÇÃO

Andresa Oliveira
Cristina Quadros
David Neto
Duarte Zoio
Edite Queiroz
Eduardo Carqueja
Linda Vaz
Luz Melo
Raquel Raimundo
Renata Benavente
Renato Gomes Carvalho

DESIGN

Arcadiy Kulchinskiy

ASSISTENTE DE DESIGN

Marluce Ramos

PUBLICIDADE

publicidade@ordemdospsicologos.pt

PROPRIETÁRIO

Ordem dos Psicólogos Portugueses

TIPOGRAFIA

A3. Artes Gráficas, Lda
www.a3-pt.com

TIRAGEM EM PAPEL

1.000 exemplares

PERIODICIDADE

Trimestral

P.V.P.

2,50 euros

Aviso:

Alguns artigos possuem hiperligações de QR Codes interpretados por telemóveis equipados com câmara e aplicação "QR Code Reader" para iOS e Android

-
Isenta de registo na ERC ao abrigo do art.12º, nº1 a do Decreto-Regulamentar 8/99 de 9 de Junho

--

ISSN 2182-4479

MORADA

Av. Fontes Pereira de Melo 19 D 1050-116 Lisboa

TELEFONE

+351 213 400 250

WEBSITE

www.ordemdospsicologos.pt

FACEBOOK

facebook.com/ordemdospsicologos

INSTAGRAM

instagram.com/ordemdospsicologos

YOUTUBE

youtube.com/user/ordempsicologos

TWITTER

twitter.com/ordempsicologos

Índice

PÁG. 03

Editorial de Francisco Miranda Rodrigues e Mésicles Helin Berenguel

PÁG. 04

Breves

PÁG. 06

Membro afiliado Internacional da APA

PÁG. 07

David Neto. *A Ordem e o Diálogo sobre a Psicoterapia*

PÁG. 08

Renata Benavente. *Morte Medicamente Assistida: Contributos dos Psicólogos*

PÁG. 09

Trilhos da Psicologia em Portugal

PÁG. 12

Entrevista à Margarida Gaspar de Matos. *Temos refletido sobre o impacto do trabalho dos psicólogos nas políticas públicas.*

PÁG. 15

Revista Científica. *The Psychologist: Practice & Research Journal*

PÁG. 16

Encontre um Especialista

PÁG. 18

Sistema de Acreditação OPP para Acções Formativas

PÁG. 19

Entrevista à Isabel Trindade.
"Autonomia permite uma utilização dos recursos da Psicologia mais centrada nas necessidades dos cidadãos"

PÁG. 24

Andresa Oliveira. *Saúde Pública Psicológica, Uma área onde os Psicólogos podem fazer toda a diferença*

PÁG. 25

Coluna de opinião de Bárbara Coelho

PÁG. 26

Dia Nacional do Psicólogo

PÁG. 30

Edite Queiróz.
Ciberespaço, A última fronteira.

PÁG. 32

"Quando um cliente e um psicólogo iniciam uma relação clínica no contexto de uma organização, a quem pertence o processo terapêutico, ao psicólogo ou à organização?"

PÁG. 34

Delegações Regionais da Ordem dos Psicólogos Portugueses

PÁG. 39

Benefícios OPP



ORDEM
DOS
PSICÓLOGOS



Mais autonomia, mais responsabilidade

Francisco Miranda Rodrigues
Bastonário

O primeiro documento que a OPP tornou público com uma posição sobre as práticas dos seus profissionais foi sobre o tema da autonomia técnica e científica dos psicólogos. Esta autonomia deriva antes de mais da natureza da nossa profissão, da fundamentação científica das suas práticas, da formação académica que a suporta e de uma legislação transversal a todos os sectores de actividade dos psicólogos que confere a auto-regulação à profissão (lei 57/2008 de 4 de Setembro) através da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP).

A autonomia não é um bem em si mesmo, mas é um bem precioso quando colocada ao serviço dos cidadãos e do bem comum. A autonomia no exercício da profissão é uma etapa de credibilidade e estatuto da profissão pelo benefício que esta encerra ser, assim, maior para o colectivo e para quem com ela beneficia. Com o reconhecimento formal da autonomia no SNS, agora também funcional, reforça-se este exercício autónomo no contexto da saúde em particular.

Hoje como sempre, esta autonomia não pretende responder aos interesses individuais deste ou daquele psicólogo ou psicóloga mas sim ao interesse daqueles que necessitam e procuram os serviços por eles prestados. Todavia, e como em tudo, o exercício de mais autonomia comporta o exercício de maior responsabilidade. Responsabilidade de cada um dos profissionais para com os seus pares e para com o interesse público. Este edifício de reconhecimento e, consequentemente, de valorização da profissão faz-se pedra sobre pedra, com formação e actualização contínua e com especialização permanente, segundo uma estratégia de afirmação e seguidamente de mobilização de todos os psicólogos e psicólogas. Faz-se numa luta diária nos locais de trabalho de cada um.

Faz-se pelas boas práticas, competência e exigência de condições dignas de trabalho. Faz-se por aqueles, alguns há muitos anos, que demonstram com uma organização autónoma de serviços, como os que neste número da PSIS21 exemplificamos, o quanto mais e melhores serviços de Psicologia podemos e devemos ter em Portugal. São serviços como estes, bem como projectos de prevenção proactivamente lançados por muitos colegas por este país (neste número avançamos com mais exemplos) que vão dando corpo ao

cada vez maior reconhecimento que os portugueses fazem da nossa profissão.

Dando voz a esse sentir, apresentámos há quase um ano uma petição à Assembleia da República para instituir formalmente o Dia Nacional do Psicólogo. A sua consagração, agora conseguida, responsabiliza-nos a todos e compromete o país a olhar e fazer mais com as ciências psicológicas e os psicólogos e psicólogas para o bem de todos nós.



Dia Nacional do Psicólogo

Mésicles Helin Berenguel
Editor

O Dia Nacional do Psicólogo vai ser assinalado pela primeira vez no dia 4 de Setembro. A importância desta data é o espelho dos trilhos que a Psicologia tem vindo a percorrer em Portugal. Os psicólogos nos serviços de saúde, nas escolas, nas empresas, na investigação e nos mais diversos serviços onde as ciências humanas se cruzam. Assinalar um dia para o psicólogo é dar continuidade ao que tem sido a afirmação da Psicologia em Portugal. Consagrado pela Assembleia da República no passado dia 25 de Maio, o 4 de Setembro vem na sequência da criação da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) que, depois de um intenso trabalho de sensibilização, da classe profissional e política portuguesa, vê aprovada a Lei Nº 57/2008, em Julho de 2008, e publicada, na 1ª Série do Diário da República, a 4 de Setembro.

Hoje, a OPP é uma Associação Pública Profissional que conta com mais de 20 mil profissionais distribuídos por 5 delegações regionais: Norte, Centro, Sul, Madeira e Açores. São 3 as especialidades base: Psicologia clínica e da saúde; Psicologia da educação; Psicologia do trabalho, social e das organizações – e 12 as especialidades avançadas: coaching psicológico; intervenção precoce; necessidades educativas especiais; neuropsicologia; Psicologia Vocacional e do desenvolvimento da carreira; psicogerontologia; psicologia comunitária; psicologia da justiça; psicologia da saúde ocupacional; psicologia do desporto; psicoterapia; e sexologia.

Celebrar este dia nacional é então assumir o psicólogo como um agente de mudança numa sociedade que se deseja com saúde, dinâmica no saber e ativa na coesão social. É o reconhecimento público do enorme contributo que a Psicologia tem vindo a dar para a saúde e bem estar dos portugueses. Continuamos, portanto, no caminho de mais e melhores serviços de Psicologia em Portugal.

Bastonário da OPP integra Conselho Nacional de Educação

A OPP, através do seu Bastonário, Francisco Miranda Rodrigues, passará a representar, na qualidade de conselheiro, o Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP) no Conselho Nacional de Educação (CNE), após ter sido eleito por aquele órgão no passado dia 18 de Maio. Desta forma, passará a ser possível garantir mais contributos da área das ciências psicológicas para o trabalho deste órgão. Refira-se ainda que esta é uma aspiração antiga dos psicólogos e que só agora foi possível concretizar, sendo este mais um importante passo na afirmação e reconhecimento do papel dos psicólogos em contexto educacional, onde trabalha uma percentagem significativa dos psicólogos portugueses. A Especialidade de Psicologia da Educação é a segunda com mais psicólogos especialistas, com cerca de 2.000 candidaturas aprovadas.

• • •

OPP assina protocolo com Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares

A OPP assinou um protocolo com a Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH), sendo considerada mais uma parceria estratégica para o desenvolvimento da Psicologia em Portugal.



No âmbito deste protocolo, destaque para a colaboração entre ambas as organizações na sensibilização e importância da intervenção dos Psicólogos no contexto da Saúde, assim como para a implementação do Modelo de organização e funcionamento da Psicologia Clínica e da Saúde no SNS;

OPP passa a integrar Plano Nacional de Formação Financeira

A Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) assinou recentemente um protocolo de colaboração com o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (Banco de Portugal, Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários), passando a integrar o Plano Nacional de Formação Financeira.

Os representantes das organizações presentes na assinatura do protocolo destacaram a importância dos psicólogos abordarem temas financeiros junto das populações com as quais trabalham e de apoiar o reforço das suas competências nesta área, bem como o contributo do conhecimento da Psicologia para a implementação de iniciativas de formação financeira.

• • •



OPP e Universidade do Algarve assinam “protocolo pioneiro”

Protocolo de cooperação visa a promoção de iniciativas conducentes à cooperação pedagógica, científica e técnica entre a OPP e a UAlg, na prossecução do objetivo do aumento do sucesso académico e da diminuição do abandono escolar na UAlg.

• • •

Protocolo com a Federação Portuguesa de Natação

Pela primeira vez, uma federação desportiva assina um protocolo com a Ordem dos Psicólogos Portugueses. Com este acordo,

que foi assinado no dia 5 de Junho, os nadadores federados e praticantes de pólo aquático passarão a ter acompanhamento psicológico, como já acontece em vários países onde a colaboração entre psicólogos e federações desportivas é prática comum.



Este acompanhamento tem como objectivo melhorar o rendimento do atleta, juntamente com treinadores e preparadores físicos, e trabalhar a ansiedade competitiva e gestão do stress. Além disso, pretende-se diminuir a taxa de desistência de muitos praticantes da modalidade.

• • •

Bastonário da OPP presente na Convenção Nacional da Saúde

Francisco Miranda Rodrigues, Bastonário da OPP, marcou presença na Convenção Nacional da Saúde, tendo presidido e sido responsável pela apresentação das conclusões da conferência “Desafio Demográfico: Políticas de Natalidade e Envelhecimento Ativo”. “O aumento da longevidade é um bem e deve ser promovido e valorizado sendo necessária uma maior consciencialização dos cidadãos para o desafio demográfico envolvendo-os naquele que deve ser um desígnio nacional”, destacou o representante da OPP.

• • •

OPP reunida com Secretária de Estado da Saúde, Directora Geral da Saúde e Presidente do CDS-PP

Representantes da OPP estiveram reunidos com a Secretária de Estado da Saúde para fazer um ponto de situação relativamente à Tabela de Preços e Regras da Rede ADSE, bem como acerca do financiamento dos actos dos Psicólogos no SNS. Já a reunião com a Directora Geral da Saúde teve como objec-

tivo estudar formas de colaboração conjunta, enquanto o encontro com Assunção Cristas, Presidente do CDS-PP, serviu para se discutirem mais variados assuntos relacionados com a Psicologia em Portugal.

• • •

Coordenação do Plano Nacional da Saúde para as Demências

Renata Benavente, Membro da Direcção da OPP, irá representar esta organização na Coordenação do Plano Nacional da Saúde para as Demências. Recorde-se que, no âmbito da Coordenação Nacional da reforma do SNS para a área dos Cuidados Continuados Integrados, foi criado um grupo de trabalho pelo Governo, que divulgou um documento intitulado “Bases para a Definição de Políticas Públicas na Área das Demências”. Na sequência de diversas recomendações da Assembleia da República e tendo por base o trabalho desenvolvido pelo referido grupo de trabalho, foi aprovada a Estratégia da Saúde na Área das Demências e constituída a Coordenação do Plano Nacional da Saúde para as Demências, que inclui representantes de diversas organizações e instituições, como a OPP [aceda ao site www.valorizar.me](http://www.valorizar.me) para consultar o curso sobre esta temática.

• • •



Primeiro-Ministro confirma psicólogos no SNS

António Costa, Primeiro-Ministro de Portugal, sublinhou recentemente em debate quinzenal que já tinha garantias do Ministério das Finanças que tinha sido dadas as devidas autorizações para se avançar com a contratação de 40 psicólogos para os Cuidados de Saúde Primários do SNS, previstos no Orçamento do Estado 2018. Para Francisco Miranda Rodrigues, Bastonário da OPP, este “é um importante primeiro passo, mas ainda é um número baixo e longe do desejado”.

Redes Sociais OPP ultrapassam os 60 mil seguidores

A OPP continua bastante activa nas redes sociais, sendo da Ordem profissionais com melhor posicionamento nas redes sociais. Depois do [LinkedIn](#) da OPP ter ultrapassado os 10 mil seguidores, foi a vez do [Instagram](#) ultrapassar as 4 mil pessoas que acompanham o dia-a-dia da OPP. Já o [Facebook](#), tem um número perto dos 50 mil seguidores, sendo que os posts e vídeos somam milhares de visualizações e partilhas. Destaque ainda para os cerca de 1.700 que seguem a OPP no [Twitter](#).

• • •

“1.000 Psicólogos para Situações de Crise e Catástrofe”

Francisco Miranda Rodrigues, Bastonário da OPP, reuniu-se com General Mourato Nunes, Presidente da ANPC, à margem da formação dos líderes de equipa da Bolsa da OPP “1.000 Psicólogos para Situações de Crise e Catástrofe”, que decorreu na sede da ANPC. Recorde-se que esta Bolsa de psicólogos é disponibilizada pela OPP à ANPC, no seguimento de um protocolo firmado entre as duas instituições em 2014, com o objectivo de reforçar os recursos humanos disponíveis, nesta área específica, para responder a necessidades de apoio psicossocial em cenários de excepção.

• • •

Sabia que...

A OPP tem um curso de formação no site www.valorizar.me dedicado ao tema “Intervenção Psicológica em situação de Catástrofe”?

• • •

Prémios Healthy Workplaces 2017

A OPP tem vindo a entregar os Prémios Healthy Workplaces 2017 às empresas com contributos notáveis e inovadores para a segurança, o bem-estar e a saúde (física e psicológica) no local de trabalho. Assim, nas

categoria de Grandes Empresas, já foi entregue o galardão à Borgwarner Emissions Systems Portugal (2º), tendo sido atribuído uma Menção Honrosa à Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo. Nas médias empresas, o Instituto Das Irmãs Hospitalares Do Sagrado Coração De Jesus (1º) também já foi distinguida, tal como Estabelecimento Vila Mar (1º), as Clínicas Leite (2º) e a Hubel Verde (3º) na categoria das micro e pequenas empresas. Nas próximas semanas serão atribuídos os restantes prémios.

• • •

Linhas de Orientação para a Prática Profissional

Foi divulgado recentemente um documento com as Linhas de Orientação para a Prática Profissional no Âmbito da Protecção das Crianças e dos Jovens em Risco. O processo de elaboração destas Linhas de Orientação para a Prática Profissional seguiu um formato de consulta de um conjunto de especialistas relevantes para as temáticas em questão. Este Grupo de Trabalho elaborou um documento que foi colocado em discussão pública entre a comunidade de profissionais (os contributos recebidos foram integrados na medida da sua relevância e consenso), tendo sido posteriormente analisado pela Comissão de Ética e Conselho Jurisdicional e aprovado pela Direcção da OPP. [Aceda ao site da OPP](#) para consultar os documentos disponibilizados.

• • •

OPP assina protocolo com Câmara Municipal do Funchal

O acordo prevê a abertura para a realização de iniciativas entre as instituições, bem como a realização do Ano Profissional Júnior, assim como para “estreitar pontes” com os parceiros ao nível local. Paulo Cafôfo, Presidente da Câmara Municipal do Funchal, salientou o potencial do protocolo assinado enquanto ferramenta para ajudar a suprir uma “lacuna” que estava já identificada na autarquia, contratando psicólogos para a área de recursos humanos.

Membro Afiliado Internacional da APA



Veja o vídeo



No seguimento do Memorando de Entendimento assinado entre a **Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP)** e a **American Psychological Association (APA)** arrancou recentemente o programa destinado aos membros efectivos, "**Membro Afiliado Internacional da APA**". Neste momento, mais de 700 psicólogos portugueses já têm acesso a informação privilegiada no âmbito desta iniciativa. Tal como comunicado anteriormente, foi possível dilatar o prazo da assinatura e baixar o respectivo valor.

• • •

Assim, se numa primeira fase conseguiu-se baixar a anuidade de 50 dólares para 25 dólares (cerca de 21 euros), foi entretanto, possível dilatar o prazo e baixar ainda mais este valor – deste modo, irá pagar apenas 22 dólares (aproximadamente 18 euros) desde o dia em que concluir a sua inscrição até final de 2019.

• • •

Com um valor 56% mais baixo do que aquele inicialmente previsto, além da condição de "Membro Afiliado Internacional da APA", irá usufruir de um conjunto de vantagens, nomeadamente:

- Acesso digital gratuito à revista "The American Psychologist";
- Acesso digital gratuito à revista "Monitor on Psychology";
- 10 publicações individuais da APA gratuitas;
- 5 cursos CEU (Continuing Education Units) gratuitos com a impressão de um certificado ("International Affiliate APA Certificate of Completion for [course title]");

- Subscrição "Gold" a um valor de membro de 139\$/ano; (cerca de 114 euros/ano);
- Email personalizado com "Alerta de Pesquisa" referente ao contexto português;
- Desconto de membro APA para livros e outros materiais.

A OPP irá continuar a trabalhar em conjunto com organizações internacionais no sentido de partilhar conhecimentos e acompanhar as tendências na área das ciências psicológicas como também para afirmar os psicólogos portugueses a nível internacional apresentando o que de melhor se faz no nosso país.

NOTA:

Apesar de ter sido a OPP a acordar este benefício com a APA, este programa será concretizado entre esta organização e o membro da OPP (se decidir inscrever). Desta forma, caso tenha alguma dúvida ou problema, deverá contactar directamente Tabbitha Brown (APA Director of Membership & Affinity Marketing) através do email tbrown@apa.org

• • •

Sabia que...

A APA estará presente no 4º Congresso OPP (www.oppcongresso2018.pt), com as apresentações dos Keynote Speakers David Ballard ("Healthy Workplaces") e Bonnie Nastasi ("School Psychology in the Global Community")?

• • •

A Ordem e o Diálogo sobre a Psicoterapia



TEXTO

David Neto

Até há alguns anos ainda havia uma réstia da disputa entre as orientações teóricas da psicoterapia. Colocava-se ainda a questão de saber qual a psicoterapia mais eficaz ou qual a que produzia a verdadeira mudança. E embora os argumentos fossem geralmente mais de retórica do que de substância, havia de facto uma discussão, por vezes acérrima e por vezes quase pessoal entre os proponentes das diversas perspectivas. Era como se houvesse diferentes psicoterapias, mais do que diferentes abordagens da psicoterapia.

Hoje em dia, essas velhas discussões não fazem sentido. E não fazem sentido por duas razões: uma mais empírica e uma mais conceptual. Primeiro, sabe-se que a psicoterapia é eficaz, quando comparada com listas de espera, placebos ou tratamentos alternativos. No entanto, salvo em algumas excepções, as diferentes abordagens são equivalentes nos seus resultados. No mesmo sentido, outros factores como a relação ou características dos terapeutas, têm-se revelado mais importantes do que o modelo teórico e que a técnica.

O segundo motivo é de ordem mais conceptual. As problemáticas humanas complexas são mais entendíveis em diferentes níveis de análise. Assim, é comum que a discussão entre diferentes abordagens reflecta mais esta diferença de níveis do que uma diferença de posição. Algumas abordagens focam-se nos elementos causais ao passo que outras focam-se em aspectos de manutenção. Por vezes a diferença é no pendor mais cognitivo, afectivo ou relacional; como se a maioria das questões não envolvesse estas três dimensões. Uma eventual disputa nestes termos é portanto simplista.

• • •

A melhor discussão entre diferentes abordagens teóricas é a de diálogo e compreensão mais do que de disputa.

• • •

Nestes últimos anos, esta mudança de atitude tem correspondido a uma maior abertura e esforço de diálogo entre as sociedades e associações de psicoterapia. A Ordem, no seio do colégio de especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, sob a importante coordenação da Prof.^a Constança Biscaia, tem criado um espaço para o diálogo entre as principais sociedades e associações de psicoterapia em Portugal. Esse espaço teve desde já duas consequências: O reconhecimento pela Ordem da formação destas sociedades para efeitos da especialidade avançada da psicoterapia e a produção de um documento conjunto de reflexão sobre a formação publicado recentemente. Este documento prova que apesar das diferenças saudáveis é possível chegar a entendimentos sobre aspectos centrais da formação, supervisão e desenvolvimento pessoal.

Numa altura em que surgem intervenções simplistas e alegadamente terapêuticas, a afirmação da psicoterapia ganha premência. Este espaço de diálogo surge neste esforço de afirmação da psicoterapia e reforça duas questões fundamentais. Primeiro, a afirmação da psicoterapia faz-se pela promoção da sua qualidade mas também pelo reconhecimento da complementaridade das diferenças das várias abordagens. Segundo, a psicoterapia ganha força com a afirmação do seu carácter de intervenção especializada. Neste sentido, a Ordem defende e continuará a defender a qualidade da prática da psicoterapia realizada por psicólogos.

• • •

Sabia que...

A OPP disponibilizou o documento “Formação em Psicoterapia” que pode ser consultado na área das “Sociedades e Associações de Psicoterapia protocoladas” no site da Ordem?

Morte Medicamente Assistida: Contributos dos Psicólogos



TEXTO

Renata Benavente

A despenalização da Morte Medicamente Assistida foi recentemente alvo de discussão alargada na sequência da apresentação de 4 projectos Lei pelo Bloco de Esquerda (BE), Partido Socialista (PS), Partido Ecologista Os Verdes (PEV) e Pessoas Animais Natureza (PAN), na Assembleia da República.

• • •

Antecipando o debate relacionado com a Morte Medicamente Assistida a Ordem dos Psicólogos Portugueses iniciou, há mais de um ano, uma profunda reflexão sobre o tema que se centrou no papel que os Psicólogos podem desempenhar nestas situações.

• • •

Esta análise contou com a participação de Psicólogos com experiência clínica e científica nesta matéria e com os pareceres da Comissão de Ética, do Conselho Jurisdicional e da Direcção Nacional. Desta reflexão resultou o documento recentemente publicado pela OPP que enquadra e define o papel dos Psicólogos em contexto de Morte Medicamente Assistida. Este documento integra dimensões essenciais à intervenção psicológica nestas circunstâncias: avaliação dos factores psicológicos envolvidos na Morte Medicamente Assistida, avaliação da competência e da capacidade funcional para tomar decisões e dar consentimento informado, apoio psicológico



ao longo do processo de Morte Medicamente Assistida, promoção do bem-estar e da saúde psicológica, formação e apoio psicológico aos profissionais de saúde, consultoria e investigação.

A discussão sobre as propostas legislativas e a sua posterior votação desencadearam um importante debate relacionado com as circunstâncias e motivações que fundamentam os pedidos de antecipação de morte e sobre valores essenciais como o respeito pela vida humana, a autonomia e a liberdade individual. Esta análise veio também sublinhar a necessidade de reflexão sobre a qualidade dos cuidados prestados aos doentes em situação de dependência e/ou sofrimento intolerável e sobre a responsabilidade do Estado na concepção e efectiva implementação de respostas adequadas às suas necessidades, bem como das suas famílias e dos profissionais envolvidos no seu tratamento. Importa, neste contexto, analisar o funcionamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados, criada pelo Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de Junho e da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, prevista na Lei de Bases dos Cuidados Paliativos, Lei n.º 52/2012, de 5 de Setembro, nomeadamente no que respeita à implementação de equipas interdisciplinares que asseguram as atribuições previstas nos normativos legais que as enquadram. No âmbito da actuação em Cuidados Continuados está previsto um conjunto de intervenções de saúde e apoio social (em contexto domiciliário ou em internamento), resultante de avaliação interdisciplinar, com o objectivo de ajudar a pessoa a recuperar e/ou manter a sua autonomia e melhorar a funcionalidade, através da reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social. A abordagem em contexto de Cuidados Paliativos centra-se na promoção do bem-estar e qualidade de vida, através da



prevenção e alívio do sofrimento físico, psicológico, social e espiritual e tem por base a identificação precoce e o tratamento da dor e outros problemas físicos, mas também psicossociais, devendo ser assegurada por equipas específicas, em internamento ou no domicílio, a doentes em situação em sofrimento decorrente de doença incurável ou grave, em fase avançada e progressiva, assim como às suas famílias.

• • •

Atendendo aos objectivos destas intervenções destacamos o contributo essencial dos Psicólogos na concepção e implementação de acções específicas, enquadradas numa abordagem interdisciplinar, consagrada nos diplomas legais enunciados e corroborada por ampla fundamentação científica.

• • •

No que concerne à intervenção com os doentes, os Psicólogos contribuem para uma melhor adaptação à doença e às limitações/perdas que lhe estão associadas e para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar emocional. A intervenção psicológica permite ainda que o doente explore o significado da vida e das experiências de sofrimento, encontre um sentido de autocontrolo e controlo sobre a própria vida e comunique de forma ajustada ao seu estado emocional, quer no contexto da família quer junto de outros profissionais de saúde. O apoio psicológico prestado aos familiares e cuidadores, promove a adequação das estratégias de coping para lidar com o doente e, em

situações de morte, facilita o ajustamento à perda e favorece o processo normativo de luto. Os psicólogos podem, também, desenvolver e implementar acções de formação e apoiar, enquanto consultores, os profissionais de Saúde que intervêm com os doentes e suas famílias, prevenindo situações de burnout laboral e contribuindo para melhorar a satisfação no trabalho.

O aperfeiçoamento das respostas especializadas e o alargamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e da Rede Nacional de Cuidados Paliativos são urgentes por força do aumento da esperança média de vida da população portuguesa, do maior número de situações de dependência e do acréscimo de doentes elegíveis para a intervenção paliativa (resultante dos avanços científicos e da melhoria no acesso aos cuidados de saúde). Apoiar de forma integrada e holística os cidadãos mais vulneráveis (e as suas famílias) em razão da dependência ou de necessidades específicas em fim de vida, com a efectiva integração de Psicólogos nas equipas prestadoras de cuidados, quer em contexto de Cuidados de Saúde Primários quer em contexto hospitalar, constitui um desígnio ético de uma sociedade solidária e justa que urge assegurar.

• • •

Sabia que...

A OPP tem uma formação dedicada aos Cuidados Paliativos (www.valorizar.me) e que este tema será abordado no 4º Congresso OPP?

TRILHOS

DA PSICOLOGIA

EM PORTUGAL

A mais recente iniciativa da OPP, “Trilhos da Psicologia”, continua a despertar enorme interesse por parte dos nossos membros e das entidades da região visitada. Assim, após os Açores, realizou-se recentemente dois novos “Trilhos” na Região Autónoma da Madeira e no Baixo Alentejo.

No que diz respeito à primeira, membros da Direcção da OPP, juntamente com representantes da Delegação Regional da Madeira da OPP, visitaram o Estabelecimento Vila Mar e reuniram-se com os psicólogos desta instituição, tendo ainda sido entregue o 1º lugar para micro e pequenas empresas do Prémio Healthy Workplaces – Locais de Trabalho Saudáveis (HWP). Ulteriormente, realizou-se uma reunião e visita ao Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração De Jesus (IIHSCJ), que, recorde-se, ganhou o 1º lugar para as médias empresas dos Prémios HWP.

Durante esta edição dos “Trilhos da Psicologia” à Madeira, a OPP assinou um protocolo de colaboração com a Universidade da Madeira e com a Câmara Municipal do Funchal. Foi ainda organizada uma reunião com os Psicólogos Júnior da região e uma audiência com a Presidente do Instituto de Segurança Social da Madeira.

Alguns dias depois, realizaram-se os “Trilhos da Psicologia” no Baixo Alentejo. Assim, após uma visita à Cáritas de Beja, onde os membros da Direcção da OPP e representantes da Delegação Regional do Sul da OPP tiveram a oportunidade de falar com os psicólogos da instituição, a comitiva da OPP reuniu-se com a Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, tendo sido entregue uma Menção Honrosa referente ao Prémio Healthy Workplaces – Locais de Trabalho Saudáveis. Destaque ainda para a tertúlia com os psicólogos de Beja.

• • •

Ulteriormente, realizou-se uma tertúlia que contou com diversos psicólogos da região, tendo sido abordados diversos temas, como, por exemplo, a possibilidade de se desenvolver uma rede de contactos de colegas daquela zona do país.

• • •

No dia seguinte, verificou-se uma reunião com a Câmara Municipal de Odemira, seguida de uma visita à Associação de Paralisia Cerebral de Odemira.

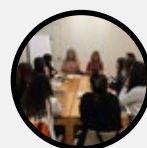


Trilhos
da Psicologia

ORDEM DOS PSICÓLOGOS

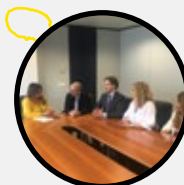
“Trilhos da Psicologia” na Madeira

- 12 e 13 de Junho -



Madeira:

*Reunião com os
Psicólogos Júnior da
região*



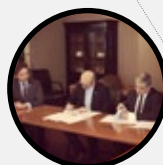
Madeira:

*Audiência com a
Presidente do Instituto
de Segurança Social da
Madeira*



Madeira:

*Protocolo de colaboração
com a Câmara Municipal
do Funchal*



Madeira:

*Protocolo de colaboração
com Universidade
da Madeira*



Madeira:

*Visita ao Instituto Das Irmãs
Hospitaleiras do Sagrado Coração
De Jesus e entrega do 1º Lugar
dos HWP 2017
(médias empresas)*



Madeira:

*Reunião no Estabelecimento Vila Mar
e entrega do 1º Lugar dos HWP 2017
(micro e pequenas empresas)*



Beja:
Visita à Cáritas de Beja



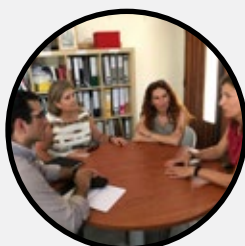
Beja:
*Reunião com a Unidade
Local de Saúde do Baixo
Alentejo e entrega de uma
Menção Honrosa dos
HWP 2017
(grandes empresas)*



Beja:
*Tertúlia com os psicólogos
da região*



Odemira:
*Reunião na Câmara
Municipal de Odemira*



Odemira:
*Visita à Associação de Paralisia
Cerebral de Odemira*

“Trilhos da Psicologia” no Baixo Alentejo

- 21 e 22 de Junho -

“Temos reflectido sobre o impacto do trabalho dos psicólogos nas políticas públicas”

Entrevista com Margarida Gaspar de Matos



ENTREVISTA

Mésicles Helin Berenguel

Em entrevista, Margarida Gaspar de Matos, representante da OPP no board da EFPA “Prevention and Promotion” enquanto coordenadora e membro do Think Tank da OPP “Prevenção e Desenvolvimento das Pessoas”, aborda o seu percurso profissional e diversos dos projectos em que está envolvida.

O projecto “Aventura Social” já conta com 30 anos de acção, quer no âmbito da investigação como também da intervenção. Que aventura é esta?

O projecto coincide com a minha estrada na Faculdade de Motricidade Humana em 1987. Na altura trabalhava como psicóloga nas escolas públicas e os problemas mais comuns e para os quais havia menos respostas organizadas eram os problemas de comportamento. Na Faculdade comecei a trabalhar com jovens tutelados pela Justiça, internados em Institutos Tutelares. Foi a primeira vez que utilizámos programas de promoção de competências sócio-emocionais (que na altura chamávamos “competências pessoais e sociais”) e a avaliação deste programa foi o meu trabalho de doutoramento. Daqui partimos para a utilização destes programas na promoção da saúde e na prevenção universal, a partir de escolas e autarquias. Mais tarde juntámo-nos a várias redes internacionais e iniciámos estudos populacionais, para termos dados iniciais e irmos monitorizando o “estado da arte do país” em termos da saúde das crianças, adolescentes e jovens. São es-

tas as três vertentes do projeto “Aventura Social”: intervenções com populações vulneráveis, intervenções na comunidade e estudos populacionais. Como sempre trabalhámos com populações jovens, o nome “Aventura Social” (crescer é uma aventura!) veio substituir o nome académico inicial “Núcleo de estudos do comportamento Social”.

• • •

Recentemente, festejámos os 30 anos do projecto e juntámos na Faculdade ex-alunos e colaboradores e recuperámos a memória de todas as intervenções.

• • •

Foi um momento muito especial, animado e intenso. Há um powerpoint na nossa webpage que apresenta esses projetos ao longo destes 30 anos (www.aventurasocial.com). Desde sempre me interessei pela Prevenção Universal e Selectiva, e defendo a necessidade de haver modelos teóricos de referência e validações empíricas.

Estes aspetos estão presentes na acção do “Aventura Social”. Neste momento estou justamente a coordenar o Board “Prevention and Promotion” da EFPA como representante da OPP e tento que algumas destas ideias sejam discutidas e constituam linhas orientadoras das políticas europeias que incluem a acção dos psicólogos, e de aumentar a intervenção dos psicólogos nas políticas públicas.

O vídeo story telling tem tido uma franca participação social na prevenção da violência e delinquência...

Sim. É um tipo de abordagem que considero muito promissora. Para sermos consistentes com a nossa opção estamos a estruturar o modelo teórico e a validar o tipo de intervenção. A ideia inicial foi recolher histórias de jovens tutelados a partir de um guião construído com eles, tentando ver, na primeira pessoa, o tipo de apoio psicossocial que eles acham que alguma vez falhou e que consideram associado ao seu percurso “desviante”. Os jovens depois montavam com apoio do investigador vídeos, onde contavam essa narrativa de modo anónimo. Foi o trabalho de licenciatura de um jovem colaborador (Ricardo Machado) da equipa, que posteriormente colaborou num estudo longitudinal numa instituição na cidade de Lisboa, onde também desenvolveu este método, num trabalho de equipa com várias psicólogas do “Aventura Social”. Neste momento, temos na equipa um

• • •
*O meu quadro de referência
teórica são os modelos
cognitivo-comportamentais. As
artes funcionam neste contexto,
sempre com uma preocupação
de validação empírica.*
• • •

jovem investigador doutorado em Comunicação e realizador de cinema (Thomas Behrens) que tem vários projectos nesta área, um dos quais é a criação em Portugal do Museu da Pessoa (com o mote “Doe a sua história”) que se destina a deixar para todos histórias de superação (Navigating life); outro é a intervenção “um ano depois” junto de populações afectadas pelas catástrofes naturais (incêndios) ou não (refugiados vindos de cenários de guerra). Actualmente, o Thomas é a cara deste projecto na equipa e, como ele sempre diz, é imprescindível a colaboração e supervisão de psicólogos para o desenho e realização das entrevistas e follow-up. Propusemos já vários programas de vídeo story telling para financiamento, mas até agora tem havido alguma resistência a financiar sinergias inovadoras.

A arte também tem história nesta Aventura...

Uma parte mais desconhecida da minha vida tem a ver com a minha ligação inicial à música, à dança e ao teatro. No início da minha carreira estive muito dividida entre a Psicologia e as Artes. Ainda a estudar, fui aluna e monitora do Prof. Carlos Caldeira, que marcou para sempre e de modo que considero muito positivo, todas as pessoas que ele formou e com quem trabalhou. Na sequência deste “imprinting” utilizo muito as artes, não como fim mas como meio, tanto na prevenção como na psicoterapia. Como já referi tenho a preocupação dos modelos de

intervenção e da validação empírica e como tal as artes são usadas no nosso trabalho como meio de desenvolver as pessoas e as ajudar a decidir mudar alguns dos seus comportamentos e processos mentais ou então a viver bem com eles, e a passar desta decisão à prática. O meu quadro de referência teórica são os modelos cognitivo-comportamentais. As artes funcionam neste contexto, sempre com uma preocupação de validação empírica. As artes são em geral meios motivantes para as pessoas e úteis para os profissionais de psicologia; é pena que alguma banalização de práticas mal fundamentadas e levadas a cabo por profissionais sem formação adequada, às vezes as aproxime de um passe de “magia”, o que prejudica a imagem dos profissionais e as populações-alvo.

Na saúde, tem sido feita investigação desde os hábitos de vida saudáveis aos comportamentos de risco, em parceria com a Organização Mundial de Saúde...

Como referi, a terceira vertente do nosso projecto são os estudos populacionais com crianças, adolescentes e jovens. Talvez os mais conhecidos sejam o HBSC (Health Behaviour in School Aged Children - www.hbsc.org) em parceria com a OMS que, além de dar dados a Portugal desde 1994, consistiu trabalho de tese de doutoramento a vários psicólogos, médicos, enfermeiros, professores e outros técnicos de saúde e educação. De 4 em 4 anos fazemos estu-

dos nacionais com amostras significativas de adolescentes do 6º, 8º e 10º ano. Acabamos em 2018 a última “wave” e haverá dados novos em Dezembro de 2018. Com este estudos conseguimos monitorizar os comportamentos dos jovens associados à saúde (de 4 em 4 anos), compará-los com os outros europeus, estudar diferenças de idade, género, estatuto sócio-económico, nacionalidade, estatuto de saúde física, etc. Estudamos também modelos explicativos a partir de dados contextuais associados a determinados comportamentos, associações de comportamentos entre si, etc. Estes modelos guiam depois o desenho das nossas propostas de intervenção. Os relatórios e um powerpoint com várias publicações está também disponível no nosso site.

O Models of Child Health Appraised é um projecto da Comissão Europeia Horizonte 2020 que tem o foco nos modelos de prestação de Cuidados em Saúde...

O MOCHA foi um projeto financiado pelo H2020. Na altura, Portugal não pôde entrar como país associado porque eu atravessava um período complexo do ponto de vista da gestão na minha faculdade e não tinha condições para aceitar esta responsabilidade, mas veio a ser possível ficar posteriormente ligada ao projeto como “Country agent”. Durante cerca de 3 anos os países incluídos no estudo desenvolveram um conjunto de questões relevantes na área dos cuidados em saúde com crianças, adolescentes e jovens e os “country agents” respondiam. Há neste momento vários relatórios onde a situação de Portugal está espelhada. Foi decisiva a colaboração da Direção-Geral de Saúde para o sucesso da nossa colaboração.

A OPP tem trazido ao debate público a “Agenda de Prevenção e desenvolvimento das pessoas para a competitividade e coesão social”. A sua equipa também tem trabalhado na área da prevenção...

Apesar de parecer que fazemos “muita coisa”, há um fio condutor no nosso trabalho que, de tempos a tempos, nos leva a abraçar novos desafios que assumimos ser uma continuidade do nosso trabalho, por vezes uma actualização, outras uma inovação com a evolução da

ciência. A prevenção e a coesão social sempre estiveram presentes. Na última década, incorporámos uma visão positiva e de desenvolvimento da pessoa quer no trabalho com as pessoas, quer no trabalho com as comunidades junto com a dinâmica participativa: ouvir as pessoas, as suas crenças, as suas questões e sugestões. Foi uma inovação que levámos para o estudo HBSC; neste momento há uma jovem psicóloga a concluir o seu doutoramento (Cátia Branquinho) na avaliação do projecto "Dream Teens", financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e que criou uma rede nacional de jovens adolescentes "investigadores e interventores" na área da saúde. Recentemente, temos reflectido muito sobre o impacto do trabalho dos psicólogos na prevenção sobre as políticas públicas, numa tentativa de apoiar (ou pressionar) os governos, contribuindo para a melhoria de vida e do bem-estar das populações. Uma das coisas flagrantes é que temos que aprender a dialogar com os governantes e ver até que ponto é que podemos ser úteis para a agenda política, ou até contribuir para essa agenda. Sem querer reduzir o âmbito da nossa intervenção às questões económicas, temos de aprender melhor a equacionar os "custos" das coisas. Para sairmos da velha imagem de sermos "boas pessoas, idealistas e incapazes que ver a realidade das coisas".

Qual foi o ponto forte ou determinante que convenceu o sector político para financiar a execução destas medidas?

Ao longo dos vários governos conseguimos ter sempre alguns pontos de diálogo. Na verdade, às vezes com mais facilidade do que outras, às vezes mais através do Ministério da Educação, outras através do Ministério da Saúde, outras através do Ministério da Justiça ou mesmo directamente através do gabinete do primeiro-ministro. Curiosamente o diálogo e a sinergia construiu-se mais a partir do empenho de governantes singulares do que de ideologias políticas, o que achei muito interessante. E o oposto também é verdade, uma vez que já tivemos alguns contratempos ao longo destes anos, e em geral não dos governantes em si, mas de uma máquina muito enferrujada que se herda de uns governos para os outros. Temos enquanto país vários desafios entre mãos e eu destacaria a questão da diversidade e movimento das pessoas no mundo, quer atrás de uma vida melhor ou a fugir de um inferno, e o modo como esta diversidade pode ser uma enorme janela de oportunidades ou um drama. Vejo um papel aqui muito importante para a Psicologia em associação com o Governo, até aproveitando o empenho público reconhecido do Alto Comissário desta área. Outro desafio é a saúde mental das pessoas, abalada pela recessão e pela destruição de "certezas quanto ao futuro", que pode deprimir o país ou levá-lo a novas soluções, nomeadamente ao investimento na Educação, que foi algo descontinuado nos anos de recessão. Também aqui vejo destacado o papel dos psicólogos. Outro desafio é o aumento da longevidade e consequente aumento do impacto dos estilos de vida na saúde das populações - colhe-se mais tarde o que se semeia enquanto jovem.

• • •

Sabia que...

Margarida Gaspar de Matos estará presente numa EmpowerTalk no 4º Congresso OPP?

• • •

Também aqui vemos um destacado papel dos psicólogos, no diálogo com os governantes, e a minha equipa muito tem contribuído para isso. Enfim, não pretendo ser exaustiva, mas vejo ainda o problema da esperança das pessoas jovens num futuro que lhes faça sentido: essa é uma realidade que estudamos, mas com que nos confrontamos diariamente. Basicamente vamos continuar a tentar tornar a vida dos portugueses melhor e mais visível, em Portugal e no estrangeiro. Esperamos que o sector público nos continue a apoiar, quer em termos de financiamento, quer em termos de reconhecimento e colaboração.



www.psyprjournal.com

• • •

Foram lançados recentemente os primeiros artigos da revista científica da OPP, The Psychologist Practice and Research Journal (PPRJ), sendo que ao longo das próximas semanas serão lançados mais artigos referentes a esta primeira edição desta publicação. Recorde-se que esta é uma revista online sem custos de publicação, de acesso livre, que pretende corresponder às expectativas dos psicólogos e ser um espaço de encontro entre a prática profissional e a investigação em Psicologia.

Futuras edições

Recorde-se que o PPRJ oferece a possibilidade de pesquisar e submeter trabalhos empíricos, de investigação experimental, ensaios clínicos, revisões sistemáticas de literatura, estudos de consenso, inquéritos ou estudos de casos, em áreas como, Psicologia clínica, organizacional, educacional, ciências sociais ou cognitivas, entre outras. A submissão de artigos para as próximas edições terá de ser feita, mais uma vez, em língua inglesa e através do website da revista científica (www.psyprjournal.com). A cada edição, havendo submissões, será seleccionado um artigo submetido em língua portuguesa tendo um apoio para a sua tradução profissional e respectiva publicação em língua inglesa. A garantia de qualidade do conteúdo estará a cargo de uma equipa de editores e revisores, que irão também garantir a novidade e o interesse dos artigos publicados. A equipa de editores, nacionais e internacionais, coordenada por Osvaldo Santos (Editor Chefe), promete uma revisão alinhada com as normas mais actuais da produção científica e com os princípios éticos mais exigentes, um processo rápido de revisão e ainda acesso livre, permitindo maior distribuição, visibilidade e citação.



The Psychologist: Practice & Research Journal



Artigos partilhados até ao momento:



[psyprjournal.com
/index.php/PPRJ/article/view/17](http://psyprjournal.com/index.php/PPRJ/article/view/17)



[psyprjournal.com
/index.php/PPRJ/article/view/18](http://psyprjournal.com/index.php/PPRJ/article/view/18)



[psyprjournal.com
index.php/PPRJ/article/view/25](http://psyprjournal.com/index.php/PPRJ/article/view/25)

Why women do not seek professional help for anxiety and depression symptoms during pregnancy or throughout the postpartum period? Barriers and facilitators of the help-seeking process"

- Sheila Silva,
Maria Cristina Canavarro
e Ana Fonseca

"Cognitive Performance in Non-Psychotic Non-Suicidal Unipolar Depressed Patients"

- Marco Moniz

"The Identity of Psychology"

- Miguel Ricou, Sílvia Amado Cordeiro,
Amanda Franco e Cristina Costa Lobo

• • •

Sabia que os resumos e os "papers" (trabalhos completos) das comunicações do 4º Congresso OPP serão publicados em suplemento no The Psychologist: Practice and Research Journal?

Desta forma, os simpósios, as comunicações orais e pôsteres apresentados no congresso poderão ser referenciados enquanto produtos científicos publicados na revista científica da OPP.

• • •





ENCONTRE
UM ESPECIALISTA

ORDEN
DOS
PSICÓLOGOS

Seja o especialista mais próximo

O processo de Especialidades Profissionais da OPP encontra-se implementado e conta já com a participação de mais de 7.000 especialistas.

No sentido de promover e valorizar o papel do psicólogo, a OPP vai iniciar a campanha Encontre um Especialista.

Esta campanha pretende aproximar a Psicologia da sociedade, informando sobre as várias áreas de especialidades existentes e disponibilizando uma ferramenta de pesquisa geográfica que permite encontrar o perfil do psicólogo mais adequado às suas necessidades.

Quer integrar esta campanha de divulgação e afirmação da Psicologia e dos serviços prestados pelos psicólogos?

Georreferencie-se aqui:
www.encontreumespecialista.pt!

Quer ter uma ferramenta online
para **divulgação** dos seus serviços?

Gostaria de ser **pesquisável** pela/s
sua/s Especialidade/s e área
geográfica?

Quer **encontrar profissionais** da(s)
sua(s) área(s) de Especialidade ou
de outras?

Pretende **identificar necessidades
de resposta** em determinadas áreas
do território?

Quer estar **localizável** para os seus
potenciais clientes?

*Se ainda não é especialista,
realize já a sua candidatura no site
da OPP e dê o próximo passo no seu
desenvolvimento profissional!*



FAÇA PARTE DOS MAIS DE 7.000 PSICÓLOGOS ESPECIALISTAS EM PORTUGAL



Processo de Candidatura - Período Regular:

Registe o seu Compromisso de Honra

Preencha o seu CV profissional
(adicione elementos curriculares e
associe-os à especialidade e / ou
especialidade avançada)

Adicione os comprovativos e a
declaração de honra referentes à
especialidade que pretende submeter

Submeta a sua candidatura

Apreciação da Candidatura

Atribuição do título de Especialista

Aceda à sua área pessoal na página da
OPP e clique no menu **especialidades /
opção candidatura**

Selecione a/s Especialidade/s e / ou
Especialidade/s Avançada/s a que se
pretende candidatar.

Verifique a simulação e avance
para análise a candidatura a uma
especialidade ou especialidade avançada
(Só poderá enviar uma de cada vez.
Para enviar para análise uma
especialidade avançada deve ter sido
aprovado a uma especialidade geral)

Adicione o relatório ou artigo referente
à especialidade que pretende submeter

Efectue o pagamento da candidatura

Emissão do Parecer pelo Conselho de
Especialidade

Averbamento do título de
especialista e integração dessa
informação em directório

Ainda não realizou a sua candidatura? Venha fazê-la connosco!

Workshops já agendados para 12 e 17 de Julho, na sede da OPP. Inscreva-se aqui:

www.surveymonkey.com/r/WksEspecialidades

*Brevemente serão divulgadas novas datas
nas Delegações Regionais*





ORDEN
DOS
PSICÓLOGOS

SISTEMA

DE ACREDITAÇÃO OPP

PARA ACÇÕES FORMATIVAS

A Ordem dos Psicólogos Portugueses,

ciente da importância de uma formação contínua de qualidade, entendeu que era essencial o estabelecimento de critérios de exigência e rigor que permitissem a garantia de qualidade da formação oferecida aos profissionais que representa, correspondendo às necessidades dos Psicólogos, das Entidades e do Mercado de Trabalho.

As Acções de Formação passíveis de submissão podem assumir a seguinte tipologia:

- Formação Contínua (curso breve, pós-graduação, formação avançada, entre outros);
- Workshop / Oficina de formação;
- Eventos (Congresso / Conferência / Seminário / Simpósio / Palestra / Encontro / Jornadas);
- Mestrado e Doutoramento;

Podem adoptar as modalidades...

- Presencial;
- e-Learning;
- b-Learning;
- Em contexto de trabalho

... e podem ser dinamizadas por:

- Entidades públicas ou privadas;
- Sociedades profissionais de psicólogos;
- Grupo informais de psicólogos;

Vantagens da Acreditação OPP

Para as Entidades:

- Guia de orientação para concepção e desenvolvimento da sua oferta formativa;
- Selo de garantia de qualidade científico-pedagógica da formação oferecida;
- Maior divulgação da sua oferta formativa junto de públicos-alvo;

Para os Psicólogos:

- Garantia de qualidade na selecção das acções formativas;
- Investimento adequado na formação contínua, que se traduz em valorização profissional e em créditos para atribuição de títulos de especialidade;

SUBMISSÃO DE CANDIDATURA AO SISTEMA DE ACREDITAÇÃO EM 4 PASSOS:

1. Leia atentamente o **Guia OPP Para Acreditação de Acções Formativas**.
2. Aceda ao **formulário de candidatura** e preencha correctamente todos os campos obrigatórios, de acordo com as instruções de preenchimento disponibilizadas;
3. Preencha a **Declaração de Compromisso da Entidade** e envie para o Serviço de Acreditação da OPP (acreditacao@ordemdospsicologos.pt)
4. Efectue o pagamento da taxa de candidatura correspondente.



**ACÇÃO
FORMATIVA
ACREDITADA**



OPP:90

WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=HYGA3LD8WHK



ESCOLHA FORMAÇÃO ACREDITADA. CONSULTE AS ACÇÕES FORMATIVAS ACREDITADAS PELA OPP

ordemdospsicologos.pt/pt/acreditacao_formacao/accoes_formativas_acreditadas



Para mais informações: Consulte a página da OPP ou contacte-nos para acreditacao@ordemdospsicologos.pt

“Autonomia permite uma utilização dos recursos da Psicologia mais centrada nas necessidades dos cidadãos”

Em entrevista à PSIS21, Isabel Trindade, Vice-Presidente da OPP aborda a autonomia dos serviços de Psicologia



ENTREVISTA:
Duarte Zoio

No final de 2017 foi publicado o Despacho que vem determinar o modelo de organização e funcionamento da Psicologia Clínica no SNS. Qual o caminho percorrido para se ter chegado a este Despacho?

Quando em Novembro de 2016, por Despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, foi determinada a criação de um Grupo de Trabalho no Ministério da Saúde (MS) com o objectivo de elaborar uma proposta de modelo de organização da prestação de cuidados na área da Psicologia no Serviço Nacional de Saúde (SNS), foram muitos os colegas que referiram não acreditar que algo viesse a acontecer.

O que é verdade é que um ano volvido, em 27/12/2017, na sequência do relatório produzido por aquele Grupo de Trabalho do MS no qual representei a OPP, foi publicado o Despacho nº 11347/2017 do Secretário de Estado da Saúde determinando qual deve ser o modelo de organização autónoma da especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde no SNS, assente na sua autonomia científica, técnica e funcional e organizando-se os Psicólogos em serviços/unidades/núcleos, quer nos cuidados de saúde primários e cuidados hospitalares, quer nos cuidados continuados integrados.

Em 2017 a nossa intervenção no Ministério da Saúde contou com o apoio de um grupo constituído na OPP por colegas de vários serviços de saúde, cuja finalidade foi a de refletir, discutir e preparar a proposta de modelo

de autonomia dos serviços de Psicologia nas unidades de saúde do SNS. Paralelamente foi necessário, no âmbito do Grupo de Trabalho do MS, defender e negociar as nossas propostas, o que nem sempre foi fácil.

Foram uns meses de trabalho intenso, mas em que conseguimos alcançar aquilo a que nos tínhamos proposto: ver reconhecida a Psicologia, através da especialidade de psicologia clínica e da saúde, como uma área do saber autónoma que tem papel relevante para a obtenção de ganhos em saúde pela população portuguesa.

De que forma é que este modelo beneficia os utentes?

Em primeiro lugar, porque reconhece pela primeira vez no nosso país que as dimensões psicológicas da saúde e das doenças devem estar ao mesmo nível dos aspectos biológicos, por serem igualmente importantes e também porque os Portugueses têm direito a aceder a cuidados psicológicos de qualidade no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Em segundo lugar este modelo de organização, ao conferir clara autonomia em relação a outras unidades / serviços, permite uma distribuição e utilização dos recursos da Psicologia mais equitativa, racional e centrada nas reais necessidades dos cidadãos. Finalmente, este modelo contribui para a qualidade dos cuidados prestados pelos Psicólogos que, embora integrados nas diferentes equipas multi-

disciplinares, devem organizar-se de acordo com os princípios da governação clínica e de saúde da Psicologia.

Nomeadamente?...

Baseando as suas intervenções na melhor evidência científica possível, monitorando a efectividade das intervenções, promovendo a investigação, desenvolvendo o trabalho em equipa e, finalmente, promovendo o desenvolvimento profissional contínuo dos Psicólogos.



De acordo com as informações que tem recebido, qual o impacto destas medidas nas unidades de saúde? E a sua implementação tem sido respeitada?

De um modo geral posso dizer que os Psicólogos estão motivados para a mudança. Temos sido contactados por diversos colegas de todo o País que têm solicitado às administrações das Unidades de Saúde a que pertençam a aplicação do Despacho nº 11347/2017 e a consequente organização autónoma da Psicologia. Temos também sido solicitados a reunir com colegas e/ou com presidentes de conselhos de administração, já tendo realizado diversas reuniões em diferentes regiões do País e tendo várias outras já agendadas com o objectivo de visitar todas as instituições.

No entanto, ainda é cedo para falarmos do impacto desta medida. Nós psicólogos sabemos melhor que qualquer outra profissão que todas as mudanças organizacionais, sobretudo com este carácter estrutural e inovador, demoram tempo a ser implementadas.

Se com a sua pergunta sobre se a implementação tem sido respeitada quer dizer que nesta altura em todas as Unidades de Saúde os gestores estão determinados na implementação do Despacho nº 11347/2017, acho que não será ainda uma prioridade na maioria dos casos.

Sendo verdade que a mudança depende em parte de decisões de gestão, não deixa de ser menos verdade que nada acontecerá se os psicólogos que pertencem aos diferentes agrupamentos de centros de saúde e estabelecimentos hospitalares do SNS não fomentarem essa implementação. E, neste percurso, importa que saibam que contam com o apoio e suporte da OPP para o que necessitarem.

Como é que vê a colaboração entre psicólogos e psiquiatras nas unidades de saúde?

A intervenção dos psicólogos é transversal em relação a todas as especialidades médicas e cirúrgicas que integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS) nos diferentes níveis de cuidados, dada a relevância dos factores

comportamentais na promoção da saúde e na avaliação, diagnóstico, tratamento e reabilitação da maioria dos problemas de saúde.

Entre outras, a Psiquiatria é uma das especialidades médicas com a qual os psicólogos colaboram. Esta colaboração é maior ou menor consoante a unidade de saúde ou serviço em que o psicólogo exerce funções. Ou seja, maior quando o psicólogo exerce funções em serviços de psiquiatria de hospitais gerais ou hospitais psiquiátricos e menor quando exerce funções em centros de saúde ou em serviços de outras especialidades médicas e cirúrgicas em contexto hospitalar.

A OPP tem defendido que é necessário um maior investimento na prevenção...

A OPP tem defendido nos diferentes fóruns em que participa uma aposta prioritária e determinada na prevenção com a participação activa dos psicólogos do SNS, nomeadamente com uma estratégia global na qual essa participação se concretize em intervenções comunitárias, grupais e individuais, além dos contributos da ciência psicológica para as políticas públicas.

A prevenção está relacionada com a promoção do bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos, mas também com a sustentabilidade do SNS. Não é possível continuar sempre a apostar (e a consumir quase todo o orçamento da Saúde) somente na remediação, quando é sabido que as principais causas de morte e de doença dos Portugueses estão relacionadas directa ou indirectamente com o comportamento individual e influenciadas significativamente por factores sociais e culturais. São portanto urgentes as intervenções dirigidas aos determinantes de saúde relacionados com o estilo de vida, tais como a alimentação, actividade física, uso de substâncias, gestão dos acontecimentos de vida e do stress, comportamento sexual e violência que devem ser uma prioridade para o SNS e para a comunidade. A participação dos psicólogos é aqui decisiva e insubstituível, na medida em que só metodologias e técnicas psicológicas podem garantir mudanças comportamentais efectivas, sustentadas e associadas a ganhos em saúde a longo prazo.

Contudo, continuam a faltar muitos psicólogos nos cuidados de saúde primários...

É verdade: os psicólogos são muito poucos. Simultaneamente, a sua distribuição é muito assimétrica no País, mas também muitas vezes assimétrica nas próprias regiões. Essa distribuição, ao longo de muitos anos e de vários governos, não tem correspondido a uma planificação prévia por parte do Ministério da Saúde, nem em relação ao número de utentes nem em relação às características das populações abrangidas.

Finalmente, neste nível de cuidados o trabalho assenta principalmente na remediação quando deveria ser essencialmente na prevenção. Muitas consultas de Psicologia em centros de saúde acabam por ser pouco acessíveis aos utentes que delas poderiam beneficiar, quer por ausência de critérios de referenciação, quer por serem pressionadas para receber muitos casos que, na realidade, deveriam ser seguidos noutro nível de cuidados.

• • •

Sabia que...

A OPP disponibilizou no seu site o “Guia para Implementação dos Serviços / Unidades / Núcleos de Psicologia no SNS”?

Como está a situação da contratação dos 40 novos psicólogos para o SNS, estipulado em Orçamento do Estado 2018?

Muito recentemente foi-nos comunicada a autorização do Ministério das Finanças para a concretização destas contratações pelo que aguardamos e esperamos que o processo possa agora rapidamente iniciar-se para que este reforço de Psicólogos nos cuidados de saúde primários (que ainda que claramente insuficiente representará um aumento em cerca de mais 15% os recursos disponíveis neste nível de cuidados) possa concretizar-se rapidamente para benefício das populações.

O SCLÍNICO é essencial para o reconhecimento dos actos dos psicólogos no SNS mas nem sempre isto é percebido por todos, incluindo os psicólogos. Porquê? E qual o ponto da situação?

O SCLÍNICO começou por ser uma plataforma do Serviço Nacional de Saúde (SNS) na qual só existia inicialmente o perfil médico, passando mais tarde a ter o perfil de enfermagem.

A OPP defendeu junto do Ministério da Saúde a necessidade de haver também um perfil de psicólogo. Nessa altura nos Cuidados de Saúde Primários não havia qualquer registo informático da actividade clínica dos psicólogos e nos Hospitais os psicólogos acediam ao sistema com o perfil médico, o que não faz qualquer sentido. Começámos a trabalhar com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS) para a criação do perfil de psicologia, tendo sido criado na OPP um grupo para o seu desenvolvimento. O modelo utilizado teve por base o modelo já utilizado na ULS de Matosinhos. Durante o ano de 2016 nos centros de saúde começou a ser utilizado o módulo de agendamento, tendo finalmente em 2017 ficado concluído o módulo para os Cuidados de Saúde Primários e implementado nalguns agrupamentos de centros de saúde (ACeS) como projecto piloto. No início do presente ano foi implementado em todos os ACeS.

No entanto, os registos estão muito abaixo do que seria expectável. Este facto é prejudicial para os psicólogos e para a Psicologia, dado que não havendo registos é como se não existissem. Ao mesmo tempo, também o trabalho da OPP junto dos SPMS se tornou mais difícil pois somos confrontados com o facto dos psicólogos não utilizarem o sistema, o que pode obstar a que os trabalhos de desenvolvimento do perfil do psicólogo no módulo hospitalar não estejam a avançar ao mesmo ritmo.

Os sistemas de informação desempenham um papel fundamental, quer no suporte à actividade clínica quer no apoio aos processos de gestão. Actualmente é impossível cada psicólogo ter um modo de registo dentro do SNS. Em primeiro lugar, porque torna impossível a contratualização de serviços de Psicologia, quando a contratualização é um meio essencial para melhorar a capacidade de resposta aos cidadãos e aumentar a eficiência e a eficácia dos cuidados que são prestados.

Em segundo lugar, as unidades de saúde caminham rapidamente para a desmaterialização dos processos clínicos, havendo mesmo nesta altura muito locais onde isso já acontece.

A OPP, em conjunto com os SPMS, irá promover uma ronda de reuniões com os colegas dos ACeS das diversas Regiões de Saúde, de modo a compreender as dificuldades existentes no terreno e contribuir para facilitar a sua superação.



Os psicólogos estão presentes em muitas dimensões da saúde em Portugal. Como se tem reflectido nos nossos contributos para os diversos programas de saúde e políticas nesta área?

Hoje em dia podemos afirmar que temos sido chamados pelo poder político central e local e por organizações da sociedade civil a apresentar os nossos contributos, pareceres e a discutir as mais diferentes políticas e posições no âmbito da saúde. A OPP está representada no Conselho Nacional de Saúde, no Conselho Nacional de Saúde Mental, no Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS), Conselho Consultivo do eSIS (CCeSIS), na Elaboração da Directiva Operacional Nacional (DON) sobre Apoio Psicossocial às Populações (Autoridade Nacional de Protecção Civil) e no Fórum Saúde XXI, etc.

Apresentou à Assembleia da República diferentes contributos em resposta a solicitações de diferentes Grupos Parlamentares. A título de exemplo: “Capacitação da rede de serviços de saúde pública” e “Papel e contributo dos psicólogos na morte medicamente assistida”. Integra grupos de trabalho nomeados pelos Secretários de Estado da Saúde, como anteriormente referido através do Despacho n.º 11347/2017 referente ao modelo de autonomia dos serviços de Psicologia no SNS e, mais recentemente, através do Despacho n.º 3118/2018 que criou um grupo que tem como objectivo apresentar uma proposta de plano de ação para a melhoria do bem-estar no trabalho nos organismos e entidades do SNS.

Ainda no Ministério da Saúde, a OPP colabora com a Comissão Nacional do Trauma num projecto conjunto sobre “Emergência Psicológica” e com a Coordenação Nacional para a Estratégia Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde na “Abordagem multidisciplinar em benzodiazepinas”.

Na ACSS temos dado continuidade à negociação das tabelas de actos psicológicos, quer sejam isolados e/ou englobados no preço compreensivo.

A convite da DGS temos colaborado em diversos grupos de trabalho, de que são exem-

plos, entre outros: Unidades de Hemodiálise/Manual de Boas Práticas, Norma de Orientação Clínica do Adulto Saudável, Grupo de Trabalho da Alimentação do Latente e da Criança Pequena.

Ao nível interno da OPP, para além dos grupos já anteriormente existentes, foi também criado o Grupo de Trabalho para as questões da Saúde Reprodutiva e da Procriação Medicamente Assistida cujos objectivos passam por definir o papel do Psicólogo no contexto da Saúde Reprodutiva e Procriação Medicamente Assistida, desenvolver uma proposta de guidelines para prática psicológica neste contexto e, ainda, elaborar documentos de suporte à ação da OPP. Todas estas iniciativas da OPP têm contribuído para colocar a Psicologia na agenda das políticas de saúde do País, particularmente de modo abrangente em relação aos diferentes níveis de cuidados de saúde prestados

Despacho n.º 11347/2017 - Disposições sobre o modelo de organização e de funcionamento da Psicologia Clínica e da Saúde no SNS



Alexandre Lourenço
Presidente da Associação Portuguesa de Administração Hospitalar

Perguntas:

1:

Qual o número de psicólogos na sua Unidade de Saúde?

2:

Como se atingiu (esta autonomia dos serviços de Psicologia)?

3:

Qual o impacto da autonomia dos serviços de Psicologia na prática?

4:

Que conselho daria para o processo de autonomização de outros serviços de Psicologia?

“O modelo de organização e funcionamento da Psicologia Clínica e da Saúde no Serviço Nacional de Saúde (SNS) deve basear-se no princípio da autonomia científica, técnica e funcional, e da colaboração interdisciplinar e interprofissional centrada no utente e no âmbito do trabalho em equipa, assente num modelo de integração de cuidados, que sustenta a prestação dos melhores cuidados de saúde às populações”.

“Vejo esta questão da autonomia (dos serviços de Psicologia) de forma muito positiva. É muito importante o protocolo que assinámos com a OPP, uma vez que vai apoiar os administradores hospitalares a desenvolver esta nova lógica dos serviços de Psicologia com mais autonomia funcional. Este protocolo permite ainda que tenhamos uma maior interacção para que estes serviços de Psicologia se desenvolvam de forma positiva e eficiente”.



Maria de Jesus Moura

*Directora da Unidade de
Psicologia do IPO*

- 1 -

A Unidade de Psicologia do IPO de Lisboa é constituída por 7 Psicólogos Especialistas em Psicologia Clínica e da Saúde.

- 2 -

Com a actividade anteriormente realizada, certa tomada de posições no sentido da afirmação inalienável da autonomia técnico científica da psicologia e o apoio determinante do Conselho de Administração da época.

- 3 -

O impacto da autonomia dos serviços de Psicologia reflecte-se: Na gestão adequada à especificidade do serviço prestado e no planeamento administrativo do próprio serviço; na qualidade do desempenho da função pela experiência concreta da independência técnico científico; no tornar possível a própria articulação com os outros serviços, i.e., na participação próxima e particularizada com cada técnico e com cada um dos múltiplos departamentos, clínicas, unidades e serviços. Salienta-se que esta articulação se desenvolve constantemente ao nível da actividade clínica, da formação e da investigação; na própria identificação e autonomia do espaço físico pelo impacto concreto na prática clínica e na agilização pelo acesso mais directo aos serviços e à própria consulta.

- 4 -

Gostaria antes de destacar a questão da Consciencialização do consumidor, que se reflecte na valorização do contributo da Psicologia para uma melhor Humanização dos Cuidados de Saúde, na consciencialização de uma área de domínio de análise de Conhecimento e Especificidade da Saúde e Doença, Nas diversas medidas de intervenção de adaptação do doente e família à doença; no planeamento dos cuidados de saúde e articulação com as equipas e no papel preponderante na Investigação, Formação e Informação da população nos diversos domínios da



Nélia Rebelo da Silva

*Coordenadora da Unidade
de Psicologia Clínica do CH
Lisboa Central*

- 1 -

A Unidade de Psicologia Clínica do CHLC integra 29 psicólogos, distribuídos pelos seis hospitais que constituem o CHLC.

- 2 -

Desde o início da sua criação em 2008, por decisão do Conselho de Administração em exercício, a Unidade de Psicologia Clínica do CHLC é uma unidade autónoma, reporta hierarquicamente à direcção clínica, sendo no organograma institucional uma estrutura de apoio clínico.

- 3 -

A constituição de uma Unidade de Psicologia Clínica que integrou todos os psicólogos a exercer funções clínicas nos diferentes polos hospitalares, promoveu, desde logo, a comunicação e a partilha interpares, com reforço da identidade profissional e melhor conhecimento da instituição na sua globalidade. A autonomia técnica e científica tem permitido planear e organizar o contributo da Psicologia na cadeia de cuidados de saúde, de acordo com as necessidades identificadas e as competências específicas às diferentes áreas de intervenção. Foi possível melhorar e uniformizar os registos da actividade desenvolvida pelos psicólogos, tornando mais visível e quantificável todo o trabalho que desenvolvemos. Também ao nível da avaliação de desempenho, tal como acontece com os outros profissionais de saúde, os psicólogos passaram a ser avaliados por pares e não por médicos ou administradores hospitalares.

- 4 -

Não existe um caminho único para a autonomização dos Serviços de Psicologia, cada instituição e sector da saúde têm especificidades e circunstâncias particulares. No entanto, a vontade, a determinação e a organização dos próprios psicólogos, será sempre o ponto de partida.



Marta Capelo

*Directora de Serviço de
Psicologia Clínica da Unidade
Local de Saúde da Guarda*

- 1 -

A equipa técnica é composta por 4 Psicólogos

- 2 -

De 2005 a 2011 os psicólogos trabalhavam de forma individualizada, integrados em “serviços médicos”. Em 2011, foi criado o Gabinete de Psicologia Clínica, ao qual foi atribuída autonomia técnica, funcional e organizativa. Uma vez demonstrada a efectividade da actuação do referido Gabinete, em 2013, foi formalmente constituído o Serviço de Psicologia Clínica.

- 3 -

A autonomia do serviço teve um importante impacto não só ao nível da valorização da classe profissional, como também para a própria instituição e para os utentes. Para a instituição, porque permitiu uma melhor gestão dos recursos materiais e humanos, aumentando a rentabilidade e produtividade do serviço, bem como, uma melhor cobertura das várias unidades/equipas, e para os utentes, porque dessa autonomização resultou uma melhor capacidade de resposta, em termos de acessibilidade, equidade e qualidade dos serviços prestados.

- 4 -

Deverá existir uma forte cultura de equipa dos psicólogos que integrarão estes serviços, sendo a coesão e alinhamento da equipa um dos alicerces essenciais. Por outro lado, é importante conseguir fundamentar junto dos respetivos Conselhos de Administração, qual a importância e as vantagens de os psicólogos trabalharem de forma integrada. Um terceiro alicerce passa pelo contínuo respeito pelos princípios éticos e deontológicos e por uma actuação cientificamente apoiada. O quarto alicerce será certamente a resiliência, pois num contexto ainda marcadamente médico-centrico e num período de forte contenção orçamental, há um longo caminho a percorrer, barreiras a quebrar e cada etapa será um desafio mas também uma enorme vitória.



Saúde Pública Psicológica

Uma área onde os Psicólogos podem fazer toda a diferença



TEXTO

Andresa Oliveira

Desde que, em 1948, a Organização Mundial de Saúde definiu a Saúde como um estado completo de bem-estar físico, mental e social, e não apenas como a ausência de doença, que a Psicologia, enquanto ciência do comportamento, e num quadro de abordagem transdisciplinar, se tornou um aliado natural e indispensável na formulação de políticas de Saúde Pública e na elaboração de programas de prevenção e de promoção da Saúde, do bem-estar e da qualidade de vida. O papel da ciência psicológica ganhou maior relevância quando, ao contrário do que aconteceu no século XX, no século XXI o grande desafio epidemiológico da Saúde Pública passou a ser controlar as doenças não transmissíveis (como as doenças cardiovasculares, a diabetes ou o cancro), que se tornaram as principais causas de mortalidade e são, em grande parte, determinadas por factores comportamentais e de estilo de vida.

São várias as áreas da Psicologia (nomeadamente as áreas Clínica e da Saúde, Educação, Trabalho, Social, Ambiental e Comunitária) que aportam modelos e ferramentas úteis para a prática em contexto de Saúde Pública, contribuindo para trazer a compreensão e o conhecimento sobre os aspectos motivacionais, cognitivos e inconscientes dos hábitos e comportamentos humanos fundamentais para iniciar e manter acções que previnam doenças e promovam a saúde em diferentes contextos.

Na realidade, os determinantes e os processos de saúde e doença não podem ser entendidos despojados dos comportamentos e dos factores socioculturais que os influenciam. Graças à ciência psicológica compreendemos, por um lado, a forma como o stress, as rotinas diárias sedentárias ou o consumo excessi-

vo de alimentos processados são influenciados não apenas por marcadores biológicos, mas também pelos nossos pensamentos, sentimentos e pelo ambiente em que vivemos, e por outro, a forma como podem afectar a capacidade, física e psicológica, de lidar com a doença e recuperar dela.

Este conhecimento é fundamental para as políticas e as práticas de Saúde Pública no confronto com os grandes desafios que se colocam actualmente – a obesidade, a diabetes ou o aumento dos problemas de Saúde Psicológica como a depressão e a ansiedade, por exemplo – e que podem ser eliminados ou reduzidos através de alterações nos padrões de comportamento. Se quisermos diminuir as elevadas taxas de mortalidade e morbilidade associadas a estas epidemias, se quisermos diminuir os factores de risco e potenciar os factores de protecção, se quisermos eliminar as desigualdades em saúde, é fundamental compreender o que motiva o comportamento e facilitar mudanças comportamentais saudáveis.

• • •

Neste sentido, a ligação entre a Psicologia e a Saúde Pública é vital para responder às necessidades de Saúde da população portuguesa. Os Psicólogos podem desempenhar um papel abrangente e diversificado nestas questões e ter um impacto substancial na redução do sofrimento humano e na poupança económica.

• • •

De modo directo, os Psicólogos podem, no contexto da Saúde Pública, colaborar na vigilância epidemiológica dos fenómenos de Saúde e dos seus determinantes, assim como na análise do risco (e da percepção do risco) associado a estes fenómenos; informar o desenho e o planeamento de cuidados de saúde de qualidade e humanizados; elaborar programas que tenham como objectivo prevenir a ocorrência de problemas de Saúde e aumentar o nível de conhecimento da população sobre determinadas doenças, factores de risco e comportamentos que lhes estão associados. A educação e a literacia em Saúde são, aliás, uma área de intervenção psicológica fundamental, uma vez que permitem a capacitação dos consumidores de Saúde, facilitando o empowerment e a participação activa dos cidadãos nos processos de diagnóstico, tratamento e tomada de decisão informada sobre a (sua) saúde, valorizando as competências de auto-regulação e autogestão da doença.

De modo mais indirecto, e junto dos sistemas e decisores políticos que, também controlam os determinantes sociais e ambientais do comportamento, os Psicólogos podem colaborar na construção de estratégias de promoção da Saúde e de políticas públicas de melhoria da saúde, acessibilidade aos cuidados de saúde e diminuição das desigualdades. Os Psicólogos possuem competências para realizar um trabalho essencial de consultoria e advocacia, a vários níveis (comunitário, organizacional e governamental), regendo-se pelos princípios psicológicos e de justiça social para assegurar a igualdade e a sustentabilidade do planeamento e estratégia política de Saúde. Sabemos, por exemplo, que para reduzir comportamentos negativos relacionados com a saúde e considerados factores de risco para doenças como a obesidade e as doenças coronárias, é necessário implementar mudanças no estilo de vida alimentar. E, para isso, as estratégias mais eficazes complementam a intervenção individual na mudança dos hábitos alimentares, com a intervenção junto da indústria alimentar e do governo que produz a legislação que as regulamenta (por exemplo, a investigação psicológica demonstra que subsidiar ou reduzir o preço dos alimentos saudáveis é menos eficaz na promoção de comportamentos de consumo saudáveis do que o aumento dos impostos ou do preço dos produtos menos saudáveis).

Há uma piada muito conhecida que pergunta “Quantos Psicólogos são precisos para mudar uma lâmpada?” e responde “Quantos é que VOCÊ pensa que são necessários?”. Para mudar uma lâmpada, provavelmente, bastaria um Psicólogo, mas para mudar os comportamentos de Saúde dos portugueses serão imprescindíveis muitos mais. E a contribuição da Psicologia para o campo da Saúde Pública tem ainda bastante potencial inexplorado.

É imperativo investir na potenciação do capital humano dos Psicólogos e da custo-efectividade comprovada da intervenção psicológica, integrando Psicólogos na infra-estrutura da Saúde Pública.

Coluna da Provedora do Psicólogo Junior



Bárbara Coelho

A conclusão dos estudos em Psicologia é, muitas vezes, vivenciada com insegurança e preocupação por parte dos recém-formados, pelo desafio de encontrarem um contexto que lhes proporcione a aquisição das competências profissionais necessárias para completarem a sua formação como psicólogos. As dificuldades experienciadas pelos candidatos ao Ano Profissional Júnior em encontrar um local que acolha e garanta a supervisão e remuneração dos seus projetos são uma realidade conhecida pela Ordem, que tem adoptado um papel activo na implementação de estratégias conducentes à sua resolução.

O investimento da OPP na proximidade aos seus Membros Efetivos e às instituições tem permitido sensibilizá-los para a importância de acolher e contribuir para a formação dos recém-formados, assegurando o desenvolvimento de competências de trabalho indispensáveis a um exercício idóneo e responsável da profissão.

Adicionalmente, a OPP tem assumido o compromisso de apoiar e orientar os futuros Psicólogos no desenvolvimento do seu Ano Profissional Júnior, através da construção de instrumentos que procuram facilitar o acesso à informação, agilizar a comunicação com a OPP e promover o desenvolvimento de competências de empregabilidade.

Entre as medidas implementadas pela Ordem destacam-se a criação de uma Bolsa de Emprego e de uma lista exaustiva de entidades protocoladas, o que permite o acesso atualizado dos candidatos a contactos e a ofertas de potenciais estágios. Concomitantemente, a disponibilização de Workshops EmCarreira veio facultar aos recém-formados ferramentas úteis na adequação às novas necessidades e dinâmicas no mercado de trabalho, permitindo-lhes construir um percurso criativo e diferenciador.

A proximidade entre a Ordem e os futuros Psicólogos prefigura-se como a estratégia de excelência na definição e intervenção nas mais diversas problemáticas para que, através da auscultação direta dos envolvidos, seja possível definir objectivos e elaborar respostas céleres e personalizadas às situações.

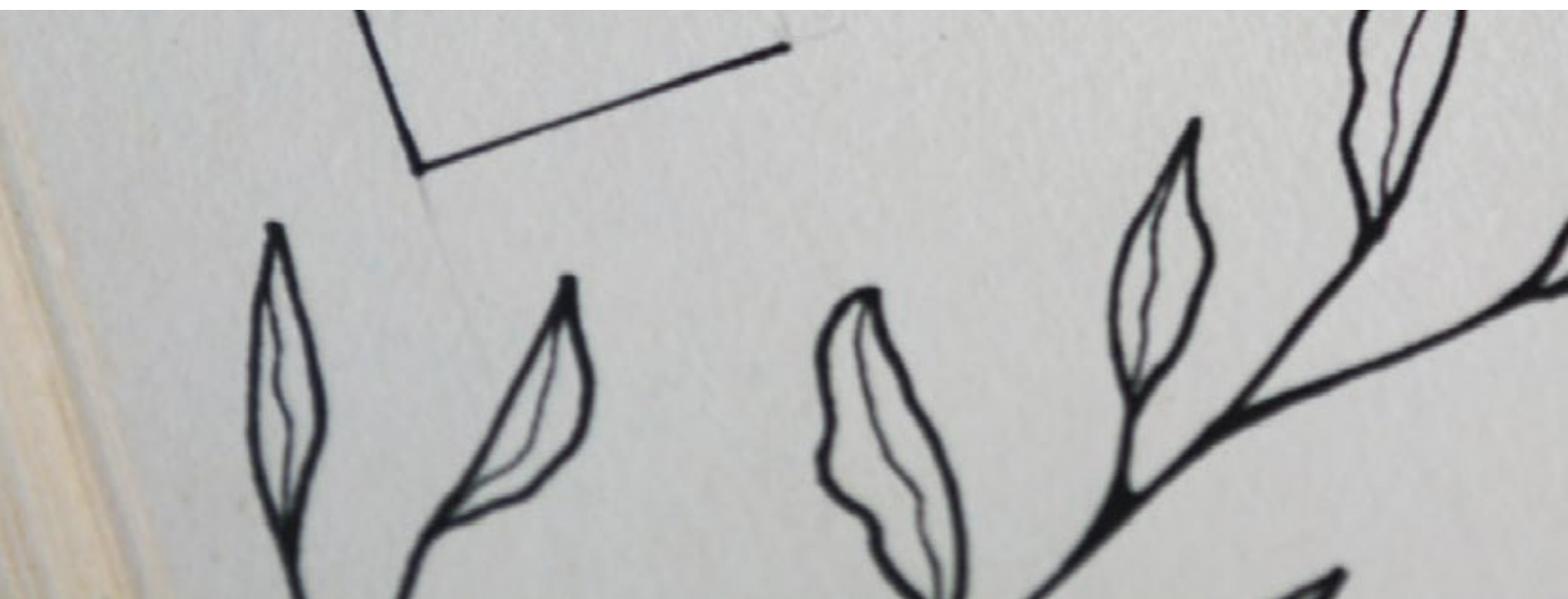
provedordostagiario@ordemdospsicologos.pt



...

*A Assembleia da República aprovou o Projecto de Resolução que **consagra o dia 4 de Setembro** como “**Dia Nacional do Psicólogo**”. Este é mais um importante passo no reconhecimento público da importância social da profissão e da aplicação das ciências psicológicas para o bem-estar dos portugueses, para a prevenção e desenvolvimento das pessoas, com vista a uma maior coesão social e desenvolvimento sustentável.*

...



Projecto de Resolução n.º 1658/XIII/3.^a

“A Psicologia tem despertado um crescente interesse nas sociedades modernas, constituindo uma ciência que, ao estudar o comportamento e a mente humana, contribui decisivamente para a melhoria do bem-estar do ser humano e o seu próprio relacionamento com o ambiente que o rodeia.

As constantes mudanças que fazem parte do mundo em que vivemos, cada vez mais, a participação ativa dos cidadãos e novas formas de promover a coesão social e a qualidade de vida. O desenvolvimento sustentável e a prosperidade socioeconómica de um país não podem ser alcançados sem cuidar do bem-estar dos seus cidadãos. O contributo da ciência psicológica e dos Psicólogos é essencial para atingir estes objetivos, assim como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pelas nações unidas.

Em Portugal existem presentemente cerca de 20 mil psicólogos, sendo que se estima que, em 2030, o número desses profissionais atinja as três dezenas de milhar. O seu papel na sociedade é vasto e multifacetado, incluindo as áreas social e comunitária, bem como as da saúde, educação, trabalho, organizações, justiça, administração local e desporto. Deste modo, o âmbito de atuação dos Psicólogos abrange as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia, os hospitais e os centros de saúde, as escolas e os estabelecimentos prisionais, assim como instituições sociais e comunitárias, empresas e outras organizações, tendo como destinatários quaisquer elementos da comunidade e ou as políticas definidas.

O objetivo geral da sua intervenção é contribuir para a promoção do desenvolvimento físico, social e psicológico, saudável da prevenção da doença e promoção da saúde. É já inegável a importância e a relevância que estes profissionais desempenham na nossa sociedade. O âmbito de intervenção psicológica é alargado e expansivo e, por isso, coloca os Psicólogos numa posição privilegiada para contribuir para a análise compreensiva e para a construção de respostas aos inúmeros

desafios económico-políticos, sociais e individuais com que a sociedade portuguesa se confronta atualmente.

Entre esses desafios, destacam-se:

- **As crises económicas, assim como o desemprego, o endividamento e a criminalidade que, não raras vezes, lhe estão associados;**
- **A necessidade de garantir a sustentabilidade ambiental, nomeadamente através de estratégias de gestão das alterações climáticas e de consumo de energia;**
- **O envelhecimento da população e as respetivas implicações nos níveis de qualidade de vida, dor e doença;**
- **As desigualdades económicas e de género, orientação sexual, deficiência e incapacidade;**
- **Os riscos psicossociais no trabalho e o stress ocupacional;**
- **As relações interpessoais e os problemas prementes, como a violência doméstica e no namoro, o bullying e o cyberbullying;**
- **A saúde física (diabetes e doenças cardiovasculares ou oncológicas) e a saúde psicológica (ansiedade e depressão);**
- **Os hábitos e comportamentos alimentares (excesso de peso e obesidade);**
- **A adoção de estilos de vida saudáveis.**

Neste contexto, considera o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata que a consagração de um “Dia Nacional do Psicólogo” constituirá o reconhecimento público devido ao enorme contributo que a Psicologia tem para a saúde e o próprio bem-estar dos portugueses.

Tal resulta do entendimento de que a ciência psicológica e a atividade dos psicólogos muito beneficiariam no seu papel social, com a existência de um dia dedicado à Psicologia e

aos Psicólogos, à semelhança do que sucede, aliás, com outras datas dedicadas no nosso País a outras profissões, algumas das quais na área da saúde.

Ora, esta consagração poderá reforçar o conhecimento sobre a Psicologia e o papel dos psicólogos na sociedade nas diferentes áreas de atuação, junto de vários grupos populacionais, desse modo também se clarificando as diversas responsabilidades daqueles profissionais no contexto da prestação de cuidados de saúde e, assim, favorecendo um adequado acesso das pessoas aos cuidados de que necessitam, designadamente aos serviços de Psicologia.

De ter ainda presente que a própria Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) comunga do desiderato de criação deste dia nacional, propondo mesmo, para o efeito, o dia 4 de setembro, por se tratar da data em que a Lei n.º 57/2008, que instituiu a referida organização reguladora dos profissionais de Psicologia, foi publicada.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Partido Social Democrata apresentam o seguinte Projeto de Resolução:

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea b) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa: Consagrar o dia 4 de setembro como Dia Nacional do Psicólogo”.

Veja o vídeo:





O que faz o psicólogo da aviação?



ENTREVISTA

Mésicles Helin Berenguel

Cristina Albuquerque: “Os mecanismos psicofisiológicos que estão subjacentes ao medo de voar são exactamente os mesmos que desencadeiam qualquer outro processo fóbico”

Neste novo espaço dedicado ao trabalho desenvolvido pelos psicólogos em áreas menos conhecidas pela sociedade, decidimos convidar Cristina Albuquerque para falar sobre “O que faz o psicólogo da aviação”.

Em conversa com Cristina Albuquerque, especialista em psicologia clínica, psicoterapeuta cognitivo-comportamental e certificada em Psicologia da aviação pela European Association for Aviation Psychology (EAAP), ficámos a saber que conta com mais de 25 anos de experiência como psicóloga clínica no departamento médico de uma companhia aérea portuguesa. “Se a nossa pesquisa está correcta, é ainda autora de um livro, foi responsável pela criação de um programa e colabora com várias companhias de aviação...”, adiantámos. “Escrevi o primeiro livro de autoajuda para aerofóbicos em Portugal (Voar Sem Medo – Um guia prático para voar confiante e descontraído, Gradiva, 2010) e, além de outras certificações nacionais e internacionais, sou formadora e consultora no âmbito da intervenção em crise e Emergency Response Planning (ERP) em diversas companhias de aviação”, respondeu, adiantando ainda que “em 2011 fundou a Voar Sem Medo (primeiro centro especializado no estudo, prevenção e tra-

tamento da fobia de voo em Portugal) em parceria com a VALK Foundation”.

Curiosos, pedimos para desenvolver melhor este projecto. “Somos um centro especializado no estudo, prevenção e tratamento da fobia de voo. A nossa missão é tornar possível a viagem de avião a todas as pessoas que pretendam utilizar este meio de transporte para fins pessoais, lúdicos ou profissionais, ultrapassando as dificuldades que limitam a sua utilização”, sublinhou, respondendo ainda a uma questão colocada sobre o papel do psicólogo neste processo: “Pomos à disposição das pessoas com medo de voar uma intervenção terapêutica altamente especializada, baseada nas melhores práticas a nível internacional, de eficácia cientificamente comprovada (taxas de sucesso acima de 95%)”. “Além do tratamento da aerofobia, desenvolvemos também actividades de âmbito preventivo (acções de informação e sensibilização para o público em geral, formação de profissionais da aviação/turismo, seminários para médicos, etc) e também investigação científica na área da fobia de voo. O fim último de todas as actividades desenvolvidas pela Voar Sem Medo centra-se numa maior e melhor utilização do transporte aéreo”, clarificou.

“Quais os sintomas e sinais de alerta neste contexto?” era uma das questões que se impunha e cuja resposta foi imediata: “Normalmente a aerofobia é acompanhada por sintomas físicos e psicológicos que podem surgir no dia do voo ou, em casos mais graves, semanas ou meses antes da viagem. Perda de peso, nervosismo, insónias, irritabilidade, preocupação excessiva, sensação de falta de ar, tensão muscular, evitar pensar na viagem, são alguns dos sintomas que podem surgir algumas semanas antes do voo. A fobia de voo tende a agravar-se com o decorrer do tempo, daí ser aconselhável consultar um técnico de saúde mental especializado”.

“Como se processa o tratamento da fobia de voo e... o que faz efectivamente o psicólogo da aviação?”, questionámos. “Em primeiro lugar, é necessário fazer uma avaliação psicológica com o objectivo de conhecer as necessidades particulares da pessoa e, em função disso, decidir qual a abordagem terapêutica mais adequada: individual ou em grupo. Em ambos os casos, a intervenção termina com um “voo terapêutico” (ida e volta a uma cidade europeia) na companhia dos terapeutas.

• • •

O tratamento individual é composto por 6 a 10 sessões semanais. No caso do tratamento em grupo (máximo de 12 pessoas), a intervenção é intensiva e tem duração de 3 dias completos (sendo o voo terapêutico realizado no último dia do curso)”

• • •

No sentido de melhor esclarecer este ponto, Cristina Albuquerque alongou a sua resposta: “O tratamento é conduzido por uma equipa pluridisciplinar, composta por psicólogos, pilotos, tripulantes de cabine, especialistas em manutenção aeronáutica e controladores de tráfego aéreo, e engloba as diversas componentes”, continuou, sublinhando ainda que “a pessoa aprende formas mais flexíveis e eficazes para lidar com o problema até se sentir progressivamente mais confiante na situação. Trata-se duma abordagem que utiliza diferentes estratégias para tratar a evitação fóbica, o controlo dos sintomas fisiológicos da ansiedade, a correção das distorções cognitivas associadas ao processo fóbico e a recuperação da autoconfiança que está diminuída por consequência da fobia”.

“Mas será complicado conhecermos os aerofóbicos, uma vez que escondem o problema porque têm vergonha?...”, perguntámos. “Sim, às semelhança do que acontece na generalidade das fobias, as pessoas com fobia de voo têm a perfeita noção de que o seu medo é excessivo, irracional e desproporcionado à realidade. No entanto, a verdade é que não conseguem controlar a sua reacção emocional quando chega a hora de andarem de avião. Estas situações são vividas como um sinal de fraqueza, uma fragilidade, uma estupidez... algo de que não se orgulham minimamente e que procuram esconder dos outros. Por isso é que é importante começar a falar deste problema, passando a mensagem de que se trata dum problema de saúde que pode ser tratado e não de um ‘capricho’, ‘mania’ ou ‘falta de força de vontade de pessoas fracas’. O primeiro passo para lidar com qualquer problema é reconhecer que ele existe. Ser capaz de assumir: ‘sim, tenho medo de voar e não quero continuar com a minha vida limitada, quero ser capaz de encarar a viagem de avião com naturalidade e sem preocupação’. Uma vez assumido o problema, o segundo passo é procurar ajuda médica especializada”.

“Mas como é que poderá surgir esta fobia?” será, certamente, uma das questões mais colocadas e que foi prontamente respondida pela nossa convidada: “Ninguém nasce com medo de voar e por isso podemos dizer que, em geral, o medo de voar é adquirido por aprendizagem. É verdade que muitos dos nossos pacientes referem antecedentes familiares com o mesmo tipo de problema. A explicação para este fenómeno prende-se sobretudo com o ‘fator aprendizagem’. Contudo, a predisposição para a aerofobia pode também estar associada a um ‘factor de vulnerabilidade genética’ (filhos de pais ansiosos tendem a apresentar maior excitabilidade do sistema nervoso e, por conseguinte, uma maior predisposição para desenvolver perturbações da ansiedade)”.

Analisando este tema, surgiu-nos a dúvida se a fobia de voo seria igual a outras fobias e quais as diferenças. “Os mecanismos psicofisiológicos que estão subjacentes ao medo de voar são exactamente os mesmos que desencadeiam qualquer outro processo fóbico. A única diferença está no “objecto fóbico”, ou seja, naquilo que desencadeia a reacção de medo.

• • •

A fobia de voo é uma perturbação de ansiedade que, tal como todas as fobias, assenta em pensamentos e preocupações relativamente ao que pode vir a acontecer (ansiedade antecipatória) e não ao que realmente se está a passar.

• • •

A exposição a este estímulo fóbico (voar de avião) provoca quase sempre uma reacção de ansiedade – nalguns casos pode atingir o ataque de pânico – que o indivíduo reconhece como desproporcionada e que produz um enorme transtorno e interferência na sua vida pessoal, profissional, social ou familiar”, elucidou, recordando que as taxas elevadas de sucesso dos programas existentes, como aquele que desenvolveu.

Para mais informações sobre o programa Voar sem Medo, consulte o site www.voarsemmedo.com

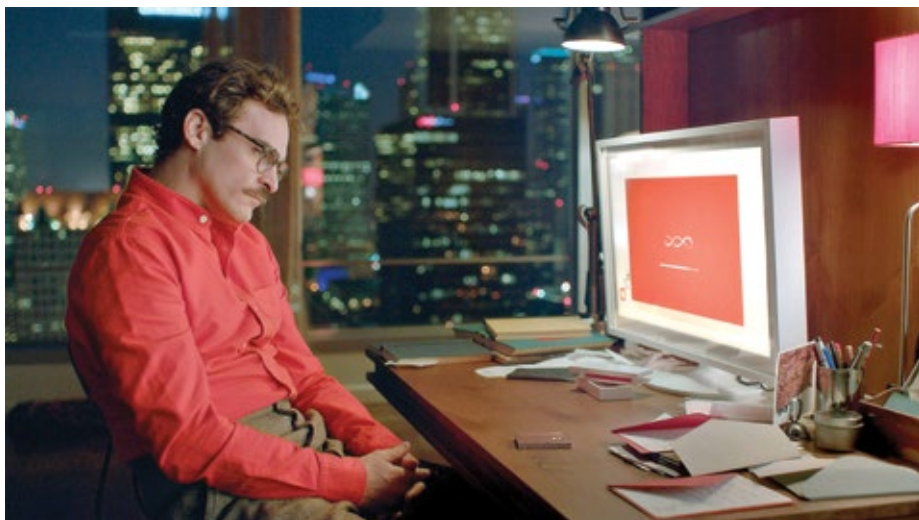
• • •

Sabia que...

No que ao trabalho desenvolvido pelos psicólogos em áreas menos conhecidas pela sociedade diz respeito, teremos Sander Van der Linder a falar sobre as Fake News no 4º Congresso OPP?

• • •





“(Ciber)espaço, A Última Fronteira” - Desafios da Psicologia na Era Digital



TEXTO

Edite Queiroz

Desde o seu advento, a internet tem vindo a alterar a paisagem cultural e relacional, adicionando uma dimensão virtual às dimensões psicológica e física da existência. Muito do que fazemos, dizemos ou pensamos é mediado pela tecnologia, que diariamente modela a forma como nos relacionamos, percebemos e expomos. Para a Psicologia, a consideração desta nova dimensão é necessariamente incontornável. A velocidade da inovação tecnológica e a sua rápida apropriação por indivíduos e grupos confere uma dinâmica única a este campo de estudo quando comparado com outros centrados em fenómenos de natureza mais estável (Barak, 2008). A imersão da Psicologia na virtualidade está por isso repleta de desafios complexos e questões urgentes.

É fácil explicar por que gostamos da Internet: diluindo fronteiras e a noção de tempo e espaço, a experiência da rede produz uma sensação de gratificação instantânea – tudo está à distância de um clique. Sendo a imediatez do reforço positivo, por definição, potencialmente aditiva, a investigação

sobre o uso dos meios digitais começou por centrar-se no paradoxo da Internet: observando-se uma diminuição progressiva do contacto presencial e um aumento exponencial do contacto virtual (chatrooms, e-mails, redes sociais), a utilização da Internet, embora plena de vantagens, parecia reduzir o envolvimento social e bem-estar psicológico em função do tempo online (isolamento social e familiar, sintomatologia de dependência e de abstinência). O conceito de dependência da Internet, proposto pela primeira vez por Goldberg (1995), traduz a incapacidade de controlar a sua utilização, com consequente sofrimento, compromisso das actividades quotidianas e negação do problema.

Com os primeiros estudos sobre os efeitos da Internet emerge o conceito de ciberespaço, construção psicológica que permite descrever, em termos individuais e colectivos, a experiência de interacção e

comunicação mediadas pela tecnologia – um lugar que não apenas reflecte mas sem dúvida transcende a realidade dos que nele intervêm.

• • •

Os psicólogos perceberam imediatamente a necessidade de perceber o comportamento humano neste novo contexto. No final da década de 90 do século XX, nascia nos EUA a ciberPsicologia – dedicada ao estudo dos efeitos da Internet, dispositivos tecnológicos, inteligência artificial e realidade virtual no comportamento e cognições dos indivíduos e grupos. Suler, um dos seus primeiros investigadores, começou por analisar as diferenças entre relações reais e virtuais, tendo concluído que os indivíduos percebem o ecrã como barreira de protecção e tendem a ser mais desinibidos online, relevando e partilhando emoções e desejos que não divulgariam presencialmente. No seu reverso, o efeito da desinibição online (Suler, 1996) estimula os utilizadores a exsudar afectos reprimidos (ódio, preconceitos, críticas) e por isso a desinibição tóxica (Suler, 2004) é hoje uma ferramenta feroz e infelizmente instrumentalizável. A Internet parece de facto intensificar a experiência humana (Aiken, 2016), no sentido em que, quando em contacto com uma predisposição, se observa com frequência uma amplificação ou escalada comportamental (imagina-se alguém com hipocondria perante o manancial cibernético de informação médica). A investigação sobre jogos e ambientes virtuais (e.g., Second Life) permite ainda concluir, no mesmo sentido, que os indivíduos tendem a criar personas digitais com características que não possuem e julgam mais desejáveis. Será justo dizer que, na era cibernética, cada sujeito se divide em si mesmo e no seu avatar.

Sendo comumente aceite que a psicopatologia é influenciada por factores sociais e culturais, não é surpreendente que a revolução digital reconfigure fenómenos psicopatológicos “estabelecidos”, evidenciando que a redução deste debate à questão do comportamento aditivo é a ponta do iceberg.

Os psicólogos depressa entenderam que os efeitos do uso da Internet não se limitam ao tempo passado online, mas se estendem a problemáticas novas, relacionadas com os conteúdos experienciados – fenómenos complexos cujas particularidades podem não ser totalmente explicáveis à luz das teorias e conceitos da Psicologia tradicional.

A título de exemplo, pensemos não apenas no aumento dos problemas sócio-emocionais decorrentes do uso excessivo, mas na correlação entre utilização de dispositivos electrónicos e suicídio entre adolescentes (recorde-se o recente fenómeno Baleia Azul), no facto de 43% dos adolescentes relatar experiências de bullying online (por comparação com 19,6% que são vítimas na escola), nas perturbações aditivas digitais como a compra compulsiva, o jogo online ou a pornografia (com riscos consideráveis para o funcionamento psíquico, relacional e sexual) ou nas especificidades dos relacionamentos virtuais (logro, cyberstalking, ciúme, vigilância ou cybercheating) – mais informações sobre este tema no Repositório OPP (<http://recursos.ordemdospsicologos.pt>).

De 1995 para 2016, o número de cibernautas subiu de 44 milhões (menos de 1% da população mundial) para mais de 3 mil milhões (46%), o que significa que em 2020 mais de metade da população verificará constantemente os seus dispositivos (muitos, de forma compulsiva). Neste cenário, a relevância da ciberPsicologia enquanto matriz referencial será inevitável, não apenas no âmbito das psicopatologias do novo milénio (cyberbullying, jogo patológico, cibersuicídio, cibersexo, cibercondria, etc.) mas também para a Psicologia educacional e metodologias de ensino, Psicologia do consumo, Psicologia forense e do comportamento anti-social, sexologia, Psicologia vocacional e de carreira ou Psicologia da família e terapia conjugal, entre tantas outras áreas. Paralelamente, refira-se que o meio virtual está repleto de possibilidades estruturais a que a Psicologia não tem sido alheia (acompanhamento psicológico online, grupos terapêuticos, intervenções autoguiadas), utilizando quer os seus canais, quer os seus recursos, para potenciar as intervenções (e.g., uso da realidade virtual no tratamento de fobias e da

PSPT ou na modificação cognitiva na terapia da pedofilia).

Se para os psicólogos em exercício a ciberPsicologia é um desafio estimulante, os estudantes de Psicologia, primeira geração nativos digitais, têm a responsabilidade acrescida de estar atentos àquela que é das mais entusiasmantes áreas emergentes e de contribuir com a sua curiosidade, vivências e olhar fresco. Será ainda fundamental aumentar a presença da ciberPsicologia nos currículos académicos, bem investir neste campo de investigação extraordinário por forma a identificar novos conceitos e teorias, expandir modelos de intervenção psicológica e permitir assim uma compreensão cada vez mais ampla do comportamento dos indivíduos no mundo digital – complexo, diverso e em mutação constante.

Referências:

Aiken, M. (2016). The cyber effect. New York: Spiegel & Grau.

Barak, A. (2008). Psychological Aspects of Cyberspace: Theory, Research, Applications. Cambridge University Press.

Goldberg, I. (1995). Internet addiction disorder: Diagnostic criteria. Disponível em: <http://users.rider.edu/~suler/psycyber/supportgp.html>

Suler, J. (1996). The Psychology of Cyberspace. Disponível em: <http://truecenterpublishing.com/psycyber/psycyber.html>.

Suler, J. (2004). The Online Disinhibition Effect. Cyberpsychology & Behavior 7(3): 321-325.

• • •

Sabia que...

a “Inteligência artificial: um admirável mundo novo para a Psicologia?” será uma das EmpowerTalks do 4º Congresso OPP?

• • •

Eventos Científicos com apoio OPP



A OPP entende que uma das suas funções deve passar pela colaboração com entidades com responsabilidades na formação e no exercício profissional dos psicólogos. Desta forma, avançou com uma iniciativa de apoio científico que tem prestado colaboração com os mais variados eventos e acções.

Próximo evento com Apoio Científico OPP:

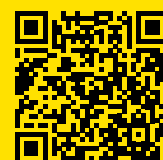
- 3rd International Mental Health Meeting of Romão de Sousa Foundation
- da Casa de Alba | Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova | 19 a 24 de Novembro de 2018

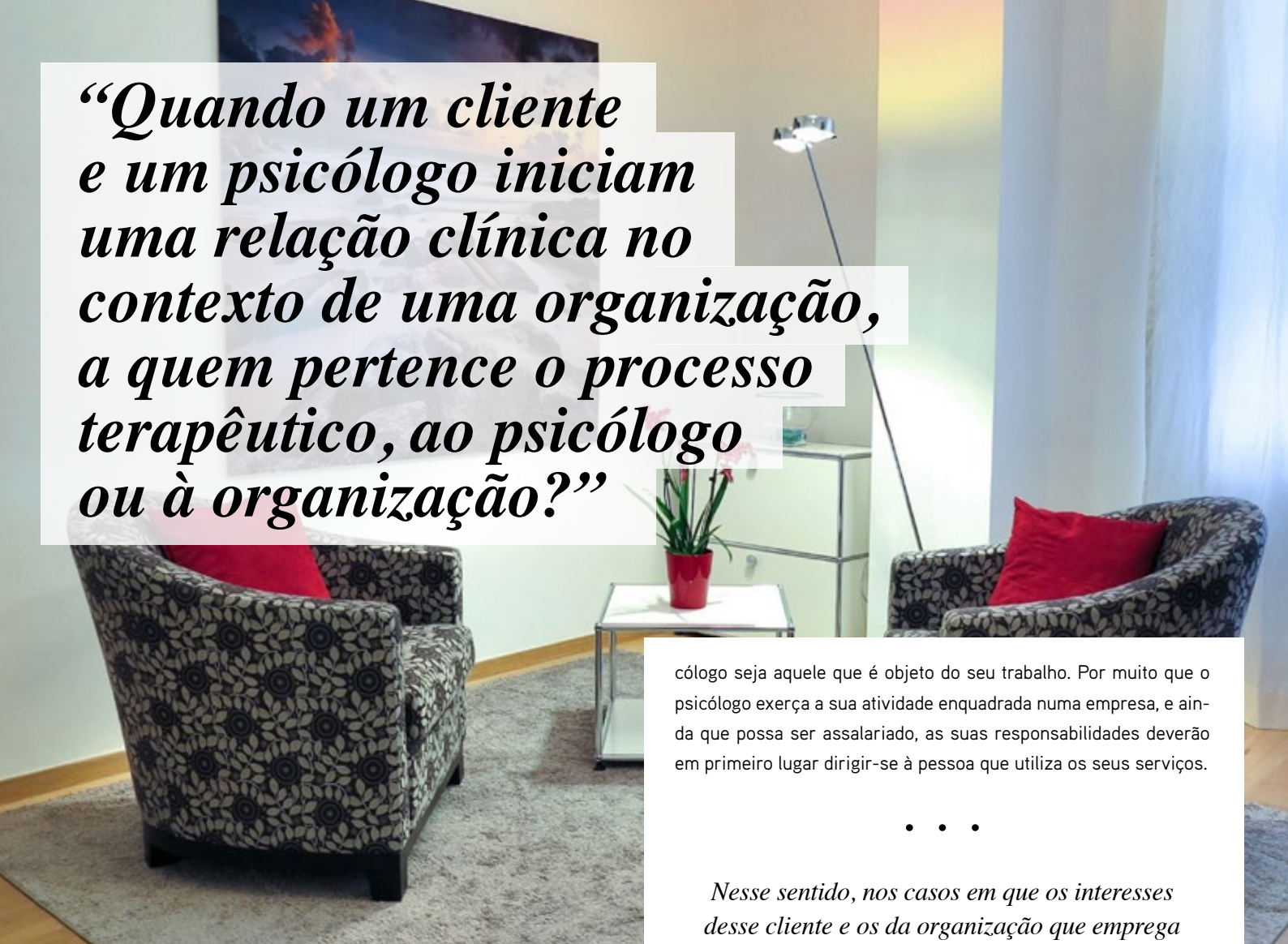
Eventos apoiados pela OPP em 2018:

- II Jornadas da PsiRelacional – Associação de Psicanálise Relacional | 17 a 19 de Maio de 2018.
- 6º Encontro Psicologia em Contexto Educativo | Leiria, Escola Superior de Saúde – Politécnico de Leiria | 29 de Junho de 2018.

Consulte

www.ordemdospsicologos.pt/pl/apoio-opp





“Quando um cliente e um psicólogo iniciam uma relação clínica no contexto de uma organização, a quem pertence o processo terapêutico, ao psicólogo ou à organização?”

Parecer 51/CEOPP/2016 - A Definição de Cliente e o Conflito de Interesses entre o Psicólogo e a sua Entidade Empregadora no contexto Clínico.

“A Comissão de Ética da Ordem dos Psicólogos Portugueses, em reunião ordinária no dia 23 de julho de 2016, entendeu elaborar um parecer a propósito dos conflitos de interesse que podem surgir entre o psicólogo e a sua entidade empregadora, num contexto clínico, nomeadamente sobre a definição de cliente.

Este parecer não visa arbitrar nenhuma questão concreta, mas apenas pronunciar-se sobre algumas questões genéricas tidas como relevantes para a boa prática da psicologia.

Como ponto prévio, não pode esta Comissão deixar de fazer referência ao Código Deontológico da OPP como base para a resposta às questões entretanto colocadas. Do mesmo modo, considera-se documento de referência nesta matéria as “Linhas de Orientação para a Prática Profissional - Comunicação Interprofissional e Partilha de Informação”, disponível na página da Ordem dos Psicólogos Portugueses.

A definição de cliente é bastante complexa no contexto da psicologia. Seja como for, e no contexto clínico, ao qual diz respeito este parecer, não parecem existir grandes dúvidas que o cliente do psi-

cólogo seja aquele que é objeto do seu trabalho. Por muito que o psicólogo exerça a sua atividade enquadrada numa empresa, e ainda que possa ser assalariado, as suas responsabilidades deverão em primeiro lugar dirigir-se à pessoa que utiliza os seus serviços.

• • •

Nesse sentido, nos casos em que os interesses desse cliente e os da organização que emprega o psicólogo não caminhem no mesmo sentido, o psicólogo enfrentará um conflito de interesses entre os seus princípios profissionais e o seu interesse enquanto funcionário daquela organização.

• • •

Tal como aponta o Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses, o Psicólogo é um profissional autónomo e independente em relação a autoridades superiores, onde se podem enquadrar os responsáveis pela organização onde desenvolve o seu trabalho. Neste sentido, fica claro que a responsabilidade do psicólogo deve em primeira instância dirigir-se às pessoas que procuram os seus serviços, que doravante, neste parecer, irão ser denominadas como clientes. Quando uma organização contrata um psicólogo deverá estar consciente que contrata um profissional nestas condições, ou seja, um profissional que desempenha o seu trabalho baseado na autonomia e independência garantidas pelos seus princípios profissionais, constantes no seu Código Deontológico.

Têm surgido um conjunto de situações, sobretudo em organizações que operam na área da Psicologia Clínica, relacionadas com a responsabilidade sobre os processos terapêuticos em curso. Ou seja, quando um cliente e um psicólogo iniciam uma relação clínica no contexto de uma organização, a quem pertence o processo terapêutico, ao psicólogo ou à organização?

Não parecem existir dúvidas de que todos os dados clínicos registados são propriedade do cliente. Contudo, deverão ser conservados na posse dos profissionais que os produzem, uma vez que estes são realizados para a memória futura do psicólogo.

A relação entre o psicólogo e o seu cliente é intersubjetiva. Não poderá nunca ser considerada como uma relação entre uma pessoa e um objecto, pelo que o cliente terá sempre direito à sua autodeterminação. No respeito pela sua autonomia, fica claro que é ao cliente que competirá escolher o psicólogo com quem deseja manter uma relação profissional.

Destaca-se ainda que, manter a privacidade das pessoas deve constituir-se um cuidado activo e passivo do psicólogo, traduzido não só na manutenção do sigilo da informação, como na proteção da mesma. Assim, na intervenção psicológica, os registos criados pelo psicólogo serão responsabilidade deste, no que respeita ao arquivamento e proteção dos dados referentes aos seus clientes.

Não se pretendem ignorar os interesses das organizações que empregam psicólogos, uma vez que desempenham um papel fundamental neste contexto. Cada vez mais a criação de grandes grupos na área da saúde é uma realidade em Portugal, pelo que devem ser parceiros ativos e importantes nesta relação.

• • •

Deve, contudo, ficar claro, tal como já foi referido, que ao contratarem um profissional como o psicólogo estarão a contar com os serviços de um profissional altamente qualificado que possuirá as competências necessárias para levar a bom porto a relação profissional no contexto da psicologia clínica.

• • •

Em momento algum, porque não é esse o objetivo de uma Comissão de Ética, bem como por desconhecimento sobre todos os dados que seriam necessários, este Parecer pretende constituir-se como um reparo a qualquer situação concreta (...).

Somos de parecer que:

1. O psicólogo tem para com o seu cliente, independentemente do local onde exerce a sua profissão, as mesmas responsabilidades, devendo orientar a sua prática pelos princípios éticos constantes do seu Código Deontológico;
2. O cliente do psicólogo é a pessoa que procura os seus serviços, seja diretamente ou através de uma qualquer organização;
3. Os conflitos de interesse que possam surgir a propósito da

colaboração do psicólogo com qualquer organização devem ser previstos e previamente abordados com quem de direito, a fim de garantir o cumprimento do Código Deontológico;

4. O psicólogo é o responsável pelos registos clínicos e demais materiais resultantes da sua relação profissional com o cliente, sendo este último o proprietário dos mesmos;

5. O psicólogo apenas poderá partilhar os registos no melhor interesse do cliente e, idealmente, com o consentimento deste. Deverá ponderar a dispensa desse consentimento apenas em situações onde possa claramente presumi-lo ou onde tal seja manifestamente impossível;

6. Nos casos em que o psicólogo cesse a sua colaboração numa determinada organização, este não deverá abandonar o cliente. Caso seja manifestamente impossível a continuação do processo deverá propor o seu encaminhamento. Caso tenha disponibilidade para continuar o acompanhamento num outro local, o psicólogo poderá dar essa possibilidade ao cliente desde que se mantenham as condições previamente acordadas. Compete ao cliente decidir pela manutenção desse acompanhamento, ou pela opção por outro psicólogo a exercer a sua atividade nessa mesma organização ou em qualquer outra;

7. Nos casos em que o cliente opte por dar continuidade ao acompanhamento com outro psicólogo, o processo clínico deverá ser diretamente entregue a este último, bem como lhe devem ser fornecidas todas as informações necessárias para o melhor acompanhamento possível desse cliente;

8. O cliente tem direito à sua privacidade, não podendo ser prejudicado no pleno exercício dos seus direitos por quaisquer conflitos de interesses entre o psicólogo e a entidade empregadora deste. É ao cliente que compete escolher qual o profissional que o vai acompanhar;

9. O encaminhamento de um cliente não é um processo inócuo, podendo ser prejudicial para o mesmo.

Nesse sentido, o psicólogo deve tentar evitar a interrupção do acompanhamento. Em casos em que preveja que essa interrupção venha a acontecer, disso mesmo deve dar conta ao cliente, podendo inibir-se de o iniciar.

A leitura deste parecer não dispensa a consulta do Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses.

-

23 DE JULHO DE 2016

Aprovado pela Comissão de Ética da Ordem dos Psicólogos Portugueses”

Mais pareceres em:

www.ordemdospsicologos.pt/etica_deontologia/pareceres



Eduardo Carqueja
Presidente da DRN

É na região norte que vai acontecer este ano o maior evento português de divulgação da Psicologia em Portugal. Será também dos maiores da Península Ibérica. Refiro-me ao 4º Congresso da OPP, que se realizará de 12 a 15 de Setembro, em Braga.

A direcção da DRN não só não está “indiferente” a este acontecimento, como tem tido um papel preponderante na sua divulgação e construção de um congresso de excelência. Este é um congresso de todos e para todos os psicólogos portugueses, sem os quais se torna esvaído da sua essência.

Sendo este o segundo congresso a ser realizado na região norte é o primeiro fora de Lisboa ou Porto.

• • •

Acredito que será um marco na história da nossa Ordem e na vida de cada um de nós.

• • •

É inequivocamente uma oportunidade para espelhar todo o dinamismo dos projectos profissionais em curso e da qualidade da investigação realizada.

É também um momento único de reforçar a descentralização. Braga pela sua localização geográfica faz-se perto para todos os psicólogos da região norte e de fácil acesso para todos os outros.

Conto consigo neste desígnio de sermos um exemplo real na promoção da descentralização. Braga é já ali!



Aproximar a DRN dos psicólogos e da comunidade

Na persecução da concretização do Plano de Actividades de 2018, no objectivo de Aproximar a DRN dos psicólogos e da comunidade, criando momentos de tertúlia, em espaços e momentos dinamizados pela DRN, sobre diversas temáticas ou fomentando parcerias com outros profissionais de forma a incentivar a partilha de experiências, enriquecimento pessoal e profissional, nomeadamente no desenvolvimento conjunto com outras Ordens Profissionais e Associações Científicas, de eventos temáticos, realizou-se no passado dia 26 de Maio de 2018, no Salão Nobre da Junta de Freguesia do Bonfim, o 2º Ciclo de Encontros Multidisciplinares com enfoque no tema “Importância da relação terapêutica”, que contou com cerca de 50 participantes e que surge da parceria entre a Delegação Regional do Norte e Sociedade Portuguesa de Psicossomática (Porto e Região Norte) e colaboração da junta de freguesia do Bonfim.

Encontro com os psicólogos de Braga



• • •

No próximo dia 20 de julho realizar-se-á mais um dia DRN-OPP, desta vez na cidade de Braga. Esta actividade visa aproximar a DRN dos psicólogos e da comunidade.

• • •

O contacto com diversas instituições possibilita identificar necessidades e potencial em contexto laboral (condições de trabalho, projectos inovadores no terreno, propostas a implementar, etc.). Por outro lado, conhecer a realidade dos psicólogos na Região Norte, possibilita dar continuidade ao trabalho de proximidade que tem sido desenvolvido, de forma a conhecer a realidade dos psicólogos nesta região. Esta medida contribuirá para identificar as necessidades de Psicólogos no mercado de trabalho no sentido de estabelecimento de um Programa de Desenvolvimento de Oportunidades Profissionais Regionais. Conhecendo melhor onde os psicólogos trabalham, que tipo de intervenção realizam e com que constrangimentos contextuais se deparam, conseguir-se-á identificar oportunidades profissionais existentes e assim expandir o mercado de trabalho dos psicólogos.

Será ainda realizado, neste dia, pelas 17,30 horas um encontro com os psicólogos do distrito em que se promoverá um debate/reflexão sobre os desafios e potencialidades da intervenção psicológica nos mais diversos contextos, bem como apresentar as diferentes iniciativas integradas no Plano Nacional e Regional da OPP.



Cristina Quadros
Presidente da DRC

Caros colegas, nesta edição da PSIS21, queremos dar-vos conta dos Workshops promovidos pela Delegação Regional do Centro da OPP (DRC), tornados possíveis após a indicação dos colegas com quem a equipa mantém contato através das reuniões descentralizadas pelos 7 distritos da zona centro. Falo-vos dos workshops de Luto e Mindfulness e Autocompaixão cuja adesão tem superado as expectativas. Com a segunda edição de cada um a decorrer, estamos já a preparar a terceira e contamos com as vossas sugestões de temas para os próximos.

• • •

Sendo a proximidade um dos nossos lemas, queremos ir ao encontro das necessidades formativas e informativas de todos, contando sempre com a vossa colaboração na dinamização de encontros, de formações, workshops, etc.

• • •

Destacamos também o programa de Empregabilidade cuja participação é gratuita, destinada a todos os membros efetivos, e aberta a todos os que tenham vontade de criar/ implementar um projeto no domínio da Psicologia, que estejam empregados por conta própria ou por conta de outrem, que estejam desempregados ou em fase de transição de carreira e que queiram fazer um percurso de reflexão pessoal acerca dos seus objetivos/realização profissional.

Acções de formação e proximidade na região Centro

Ao longo dos últimos meses, e respeitando o proposto no Plano de Actividades para o presente ano, a DRC tem desenvolvido um conjunto de actividades que tem reunido inúmeros membros da região Centro do país. Assim, e destacando apenas algumas destas iniciativas, recorde-se que em Março realizou-se uma edição do “Espaço OPP - Desenvolvimento Profissional”, com 4 sessões de tutoria em grupo subordinadas aos temas: Marketing Pessoal e Profissional; Projetos e Modelo de Negócios; Áreas Emergentes da Psicologia; e Coaching para a carreira. Já em Maio tivemos uma edição do Programa “Projeta-te: Constrói a tua Carreira Profissional”, com 8 sessões em que os participantes percorreram as etapas de Reflexão (sobre si enquanto profissionais e sobre o mercado de trabalho); Planeamento (definição de objetivos profissionais); Ação (mobilização de ferramentas de marketing profissional) e Avaliação (monitorização do seu plano) da sua Carreira de modo a projetarem-se no mercado de trabalho, (re)pensarem a carreira e elaborarem um Plano Pessoal de Desenvolvimento Profissional.

Ainda durante este mês, apesar dos membros da Direcção da DRC terem marcado presença em diversas iniciativas, gostaríamos de destacar as “XII jornadas de Psicologia do Instituto Piaget” em Viseu, sendo este um evento que juntou técnicos da ANPC, Cruz Vermelha e INEM proporcionando aos participantes estratégias de intervenção em crise, incluindo os Primeiros Socorros Psicológicos, e um simulacro no Aeródromo de Viseu, com a intervenção de vários psicólogos em vítimas de um acidente aéreo.

• • •

No segundo semestre de 2018, a DRC irá organizar em Novembro o “Mês da Psicologia Social e das Organizações”, sendo este um conjunto de eventos relacionados com esta área da Psicologia, dirigidos a membros efectivos e Psicólogos Júnior.

• • •

Destaque ainda para a 3ª edição do workshop de Mindfulness e Autocompaixão com Alexandra Pais e a 3ª edição do Workshop de Luto com Ana Rocha. Brevemente serão divulgadas mais informações relativamente a estas iniciativas.



Raquel Raimundo
Presidente da DRS

Com cerca de 46% dos membros da OPP e uma dispersão geográfica que ocupa quase metade de Portugal continental, a Delegação Sul tem tido como grande desafio a mobilização e aproximação dos colegas entre si e à sua ordem e a promoção da empregabilidade.

O formato de iniciativas implementadas tem sido diversificado, consoante os objetivos a alcançar, de onde se destacam: fóruns temáticos, workshops regionais, périplos por locais de trabalho, trilhos da Psicologia regionais, apoio a grupos de intervenção, tertúlias e participação em encontros e seminários.



Tem sido particularmente gratificante poder conhecer melhor o trabalho desenvolvido pelos psicólogos para melhor os podermos representar, promover e divulgar práticas implementadas e potenciar situações de empregabilidade em locais onde haja carência da intervenção psicológica.



Num futuro próximo queremos continuar a apostar numa intervenção de proximidade, relativamente a colegas e instituições, marcando a nossa presença em vários pontos da região sul. Estaremos particularmente empenhados no apoio à constituição de redes locais de psicólogos, para partilha de boas práticas, constrangimentos e formas de os ultrapassar.



Tertúlias, Fóruns Temáticos e Workshops Regionais promovidos na região sul

Desde 2017, a Delegação Sul tem vindo a apostar num conjunto de iniciativas que visam a valorização da profissão e a melhoria das condições para o seu exercício, dinamizando diversas iniciativas por toda a região.

As Tertúlias são momentos caracterizados por alguma informalidade que pretendem promover uma discussão aberta relativa às oportunidades e aos constrangimentos sentidos pelos colegas no exercício da sua profissão num determinado território. Os Fóruns Temáticos envolvem o convite de um colega especialista que, após a partilha de informação acerca de um tema específico, lança o debate junto do grupo mais alargado. Mais recentemente foi lançado um novo formato - os Workshops Regionais, destinado a promover formação breve acreditada (4 a 6 horas), em áreas muito específicas (ex.: Promoção de Competências Socioemocionais em crianças e jovens, NeuroPsicologia do Desenvolvimento Infantil).

Estes momentos de encontro entre profissionais da Psicologia, num ambiente de partilha, têm sido avaliados como muito enriquecedores e têm permitido conhecer a diversidade das realidades dos colegas da região com base numa relação de proximidade.

Visita e Protocolo com a Autoeuropa

No passado dia 10 de Maio a Direção Regional do Sul da OPP, representada pela sua Presidente, Raquel Raimundo, e um dos seus vogais, Tiago Lopes Lino, acompanhados por Teresa Espassandim, vogal da Direção Nacional da OPP, realizaram uma visita à Volkswagen Autoeuropa onde foram recebidos pela Dra. Margarida Sabino, Health Service Manager.

Esta visita visou o estabelecimento de um protocolo de cooperação no âmbito da Psicologia do Trabalho, Social e das Organizações e da Psicologia da Saúde Ocupacional que tem como principais objetivos a colaboração na prevenção e avaliação de riscos psicossociais através do instrumento COPSOQ II, a disponibilização de anos profissionais júnior (estágios profissionais) de acesso à OPP e a colaboração em projetos de investigação científica, com eventual envolvimento de instituições de ensino superior.

Este protocolo pretende constituir-se como um exemplo para outras empresas e revela o potencial existente no estabelecimento de parcerias que visem, simultaneamente, a promoção dos locais de trabalho saudáveis e do emprego dos psicólogos em áreas emergentes da Psicologia como é o caso da Saúde Ocupacional.



Luz Melo
Presidente da DRA

São raras as semanas que não são publicadas na imprensa regional notícias absolutamente fantásticas sobre o turismo nos Açores. Notícia após notícia os números ultrapassam-se a si próprios e superam as previsões mais positivas.

Com a chegada do Verão, sinónimo de período de férias para a maioria das pessoas, acredito que este movimento continuará a progredir de forma favorável, numa espiral, aparentemente, imparável de sucesso com claros contributos para a economia regional.

Em sequência desta expectativa interrogo-me se teremos capacidade de oferecer um serviço turístico de qualidade, se sere-mos capazes de conciliar os benefícios económicos do turismo com a preservação do ambiente ou com este pequeno grande luxo que é cada vez mais o silêncio?

• • •

Na intercepção das áreas do conhecimento da Psicologia com a do Turismo uma alternativa parece emergir: o turismo de bem-estar.

• • •

Fenómeno caracterizado pela deslocação para fora da residência habitual, com a motivação de beneficiar de atividades ou experiências que promovam a harmonia física, mental e emocional.

Este poderá constituir uma resposta e simultaneamente um contributo para preservar tudo o que de melhor os Açores têm para oferecer.

Dois novos protocolos com o Governo Regional da Região Autónoma dos Açores

A Delegação Regional dos Açores tem procurado pautar a sua atuação por um caminho de aproximação ao poder regional e local, nomeadamente ao Governo Regional dos Açores e a autarquias de diferentes ilhas dos Açores. Este é um objectivo estratégico que fez parte do programa eleitoral da actual Direcção e que tem vindo, sucessivamente, a ser apresentado no seu Plano de Atividades, inclusive para o corrente ano de 2018.

Neste contexto, dentro em breve irá assinar dois importantes protocolos com a Secretaria Regional da Educação e Cultura e com a Secretaria Regional de Solidariedade Social. Esta última, corresponde à tutela onde trabalha o maior número de psicólogos na nossa área geográfica e a primeira, à entidade que emprega o segundo maior número de colegas na Região Autónoma dos Açores. Consequentemente, os referidos protocolos assumem uma particular relevância já que permitem oficializar e/ou estreitar as relações institucionais já existentes, como as desenvolvidas com a Direcção Regional da Educação.

• • •

Naturalmente, que por serem realizados com Secretarias Regionais responsáveis pela definição de políticas e pela tutela de áreas sectoriais diferentes incidem sobre obrigações específicas mas, também, sobre outras de natureza transversal. Destas últimas, realçamos condições que poderão contribuir para a valorização e desenvolvimento profissional dos Psicólogos, como o acesso à formação, à prática da intervenção e de supervisão.

• • •

De realçar, que tão importante como os exemplos referidos é a possibilidade dos Psicólogos interferirem através da emissão de pareceres técnicos, recomendações e outros contributos, de interesse inequívoco para a melhoria dos serviços na Região, nomeadamente, em áreas relacionados com a infância e a terceira idade; em programas de promoção de competências parentais ou de competências pessoais, emocionais e sociais; na definição de linhas orientadoras para a intervenção psicossocial junto dos públicos mais vulneráveis; nas estratégias de combate à pobreza e exclusão social ou de vítimas de violência doméstica; em programas de promoção do bem-estar subjetivo e de prevenção dos riscos psicossociais.



Renato Gomes Carvalho
Presidente da DRM

Uma vantagem da autonomia política e administrativa de uma região é a possibilidade de gerir recursos e decidir sobre os serviços a que a comunidade tem acesso. Fruto de várias fases de contratação, a população madeirense tem acesso a serviços de Psicologia em vários contextos. Mas aquilo que à partida é um bom indicador não é um fim em si mesmo nem impede que persistam desafios. Além das necessidades em setores como a educação e a saúde - onde frequentemente é possível um primeiro atendimento, mas nos seguintes há maior dificuldade -, há carências nas áreas comunitária, do trabalho, das organizações e do desporto, onde há muito conhecimento que podia ser aproveitado.

Além do número de profissionais em falta, não podemos ainda ignorar a necessidade de melhoria de condições para quem já está a exercer, o que, entre outros, implica maior acesso a recursos formativos e uma melhor organização dos serviços, no quadro de uma perspetiva estratégica para cada setor de intervenção. Mas há que ir muito além da resolução de problemas em certas instituições, sendo essencial a definição de uma política e de uma agenda trans-setorial que valorize a saúde psicológica na comunidade, e que preveja uma intervenção em rede e organizada. Ignorar estas necessidades significa desperdiçar as potencialidades que decorrem do número de profissionais que existe.

Não basta haver rácios mais favoráveis comparativamente a outras regiões do País, se isso não se refletir em formas de intervenção e resultados também mais favoráveis. Numa região como a Madeira, que tem já diversas capacidades instaladas, o verdadeiro desafio é saber o que fazer e como fazer com essas capacidades.



Valorização e desenvolvimento profissional dos Psicólogos na Madeira

A Delegação Regional da Madeira (DRM) continua a sua trajetória de valorização e desenvolvimento profissional dos Psicólogos, numa dinâmica de proximidade com a comunidade. Neste segundo trimestre, foram desenvolvidas diversas iniciativas, no âmbito dos Programas DRM. Em Maio, realizou-se a **Conferência sobre Identidade, Sexualidade(s), Afetos: da Reflexão à Intervenção**, que reuniu mais de 100 participantes, num espaço de discussão privilegiado sobre temas da Sexualidade e impactos na construção da identidade, saúde mental e bem estar.

Destacamos também o Programa **Entre Pares** que, mobilizando recursos e expertise dentro da classe, continua a oferecer oportunidade de discussão e formação. Em Abril, realizou-se a sessão de debate e reflexão sobre os contributos da aplicação da Prova Aperceptiva de Roberts no âmbito da avaliação e intervenção psicológica.

Neste âmbito de desenvolvimento pessoal, profissional e científico dos psicólogos, perto de 80 profissionais participaram em mais uma iniciativa do **Programa Desenvolvimento Pessoal, Intervisão, Supervisão e intitulada "A importância do autocuidado"**. Esta iniciativa surge da necessidade de pensarmos, criarmos condições e formalizarmos, de uma forma continuada, práticas individuais e institucionais que contribuam para a qualidade da prática ética e profissional e bem estar dos psicólogos.

Na linha de proximidade crescente entre a OPP e os psicólogos e entre a Psicologia e a Comunidade, procedeu-se à assinatura de protocolos de colaboração institucional com a Universidade da Madeira e com Câmara Municipal do Funchal. Realizaram-se ainda reuniões os estudantes de Psicologia e com os psicólogos júnior da Região.

No âmbito dos **Trilhos da Psicologia**, que incluíram uma visita ao Instituto de Segurança Social da Madeira, para conhecimento das iniciativas que envolvem a Psicologia na comunidade, a visita do Bastonário à Região a 12 e 13 de Junho permitiu ainda a entrega das distinções ao Instituto de Reabilitação Psicopedagógica da Sagrada Família e ao Estabelecimento Vila Mar, pelas suas práticas e contributos no domínio da promoção da saúde mental e ocupacional nos locais de trabalho.

Através da DRM, os Psicólogos continuam a ser solicitados para participarem em eventos e iniciativas várias por parte de diversos setores da comunidade e sociedade civil, refletindo o fortalecimento da valorização atribuída aos contributos da Psicologia e dos psicólogos na Região.

Aproveite neste Verão!



A OPP tem mais de 80 protocolos assinados com entidades de diversas áreas, nomeadamente, Banca, Comércio, Cultura, Lazer, Formação, Hotelaria, Restauração, Saúde e Bem-Estar, Seguros, Telecomunicação, Transportes e Turismo. Assistir a um espectáculo cultural, visitar um museu, adquirir bens de consumo, frequentar um curso, viajar em comboios nacionais, são algumas das acções que podem ser feitas com um desconto vantajoso que, muitas vezes, atingem os **35%**.



7,5% de desconto



10% de desconto



15% de desconto



15% de desconto



10% de desconto



15% de desconto



50% de desconto



35% de desconto



10% de desconto



20% de desconto



20% de desconto

**Condições Especiais
em diversos outros hotéis!**

Nota: Esta informação não dispensa a consulta das condições dos benefícios protocolados e apresentadas na área pessoal do site OPP



4º CONGRESSO ORDEM DOS PSICÓLOGOS PORTUGUESES

PSICOLOGIA NA PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS PESSOAS,
COESÃO SOCIAL E CRESCIMENTO ECONÓMICO

FÓRUM BRAGA, 12-15 SETEMBRO 2018

WWW.OPPCONGRESSO2018.PT

ORGANIZAÇÃO



APOIOS

